



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

Ata da 128^a reunião, realizada em 26 de setembro de 2025

1 Em 26 de setembro de 2025, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
4 presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Marina
5 Guimarães Silva Bitencourt, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva,
6 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Anamaria Burle Orlandine Andrade, da Secretaria de
7 Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de
8 Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Verônica Maria Ramos do Nascimento França, da
9 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Cícero Antônio Miranda Barbosa, da Agência Nacional de
10 Mineração (ANM); Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Centro Industrial e Empresarial
11 de Minas Gerais (Ciemg); Francisco de Assis Lafetá Couto, do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais
12 (Sindiextra); Gustavo Bleme de Almeida, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; José Antônio de
13 Sousa Neto, da Escola Superior Dom Helder Câmara; João Augusto Hilário, da Associação dos Engenheiros de Minas
14 do Estado de Minas Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta.** 1) **ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o
15 presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 128^a reunião da Câmara de Atividades Minerárias. 2) **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. 3) **COMUNICADO DOS**
16 **CONSELHEIROS.** Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder: “Presidente, eu gostaria de pedir alguns
17 esclarecimentos a respeito dos eventos recentes com relação às questões de governança e compliance. Até porque
18 tem muita informação através da imprensa, mas não temos um conhecimento específico do processo que está em
19 andamento. E eu queria também colocar uma questão. Nós temos discutido aqui ao longo de um pouco mais de um
20 ano, nossa preocupação com relação a questões de compliance, de governança. Algumas sugestões foram levantadas
21 ao longo desse processo, e muitas discussões. E no final eu tenho uma dúvida que eu gostaria, em conjunto com o
22 esclarecimento que eu espero que o senhor presidente possa trazer para nós aqui do Conselho, se nesse contexto
23 existe alguma possibilidade de que a integridade... Porque boa parte das nossas decisões são tomadas em cima dos
24 relatórios, dos pareceres que são produzidos pela FEAM, que tem, inclusive, todas as Anotações de Responsabilidade
25 Técnica de diversos profissionais, que eu entendo que é feito com muito critério, com muita responsabilidade. Mas
26 surgiu uma dúvida, em função dos últimos eventos, se haveria a possibilidade de que alguns desses pareceres possam
27 ter tido a sua integridade comprometida. E também se a SEMAD e a própria FEAM – inclusive com relação aos
28 pareceres que estarão dando sustentação à nossa reunião de hoje – podem garantir a integridade desses relatórios
29 que nos foram encaminhados para esta reunião.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Conselheiro, em relação
30 aos questionamentos do senhor, as manifestações formais já foram realizadas pela secretaria. Tem até um vídeo
31 institucional da secretaria falando que as medidas, em relação aos processos que estavam sendo investigados, foram
32 tomadas: afastamento dos servidores públicos, a suspensão e o cancelamento das licenças. Então essa é a
33 manifestação oficial do órgão ambiental. E aqui o nosso respeito com o trabalho da Polícia Federal, com o trabalho
34 do Ministério Público Federal e o trabalho também do Judiciário. Lembrando que nós estamos em um procedimento
35 que antecipa o contraditório e a ampla defesa. E o Estado, pelas informações oficiais, está tomando todas as medidas
36 cabíveis em relação a esse assunto de afastamento de servidores, como dito, e a suspensão e o cancelamento das
37 licenças envolvidas. Nesse contexto, nós não podemos acreditar que aqueles processos que tiveram a sua
38 investigação poderão contaminar os outros processos e até mesmo os outros servidores. Nós temos acho que cerca
39 de 2.000 servidores, que trabalham de forma séria, que trabalham dia a dia. Até parte dos servidores encontra-se
40 em movimento de greve para melhorias e condições de trabalho, em um pleito justo junto ao governo. E nós não
41 podemos acreditar que isso contamine os demais. Temos para nós servidores – eu sou servidor público de carreira
42 desde 2006 – que isso não contamina os demais processos. E eles são verificados e são analisados com base em
43 documentos que são apresentados pelos empreendedores. E como mesmo o senhor disse, considerando a Resolução
44 237, cabe ao empreendedor, por meio das ARTs, assegurar que aquelas informações são verídicas. E o princípio da
45

46 boa-fé é visto também, é colocado não só na lei federal, como na lei agora de Transparência, que nós temos que
 47 levar em consideração na análise dos nossos processos. Então, respondendo as questões que o senhor levantou, as
 48 manifestações formais do órgão ambiental, seja da SEMAD e da FEAM, a secretaria de Meio Ambiente já informou
 49 em vídeo. Pode ser que eu peça aqui depois a secretaria para colocar esse vídeo ainda hoje aqui para os senhores. E
 50 no nosso entendimento aqueles processos não contaminam os demais, e as responsabilidades técnicas somadas à
 51 competência da nossa equipe técnica e jurídica dão validade ao que os senhores estão apreciando nesta data.” **4)**
52 COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA. Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “Conforme amplamente vem
 53 sendo divulgado pela Assessoria de Órgãos Colegiados nas reuniões das Unidades Colegiadas do COPAM, pela nossa
 54 mídia social, nas nossas Regionais, encontra-se aberta a consulta pública para receber sugestões da sociedade sobre
 55 o funcionamento, a estrutura e os mecanismos de participação de dois importantes colegiados estaduais: o Conselho
 56 Estadual de Política Ambiental (COPAM) e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG). A
 57 iniciativa busca promover melhorias de modernizar a estrutura, o funcionamento dos conselhos envolvidos e garantir
 58 maior clareza e acessibilidade nos processos decisórios. A meta é fortalecer esses espaços como fóruns de escuta e
 59 construção coletiva das políticas ambientais do Estado. As contribuições podem ser enviadas por meio de formulário
 60 eletrônico disponível no site da SEMAD: www.semad.gov.br. Se encontra na primeira página do nosso site. Sigam as
 61 nossas redes sociais e fiquem por dentro das novidades, ações e informações sobre o meio ambiente em Minas
 62 Gerais: @meioambientemasgerais.” **5) EXAME DA ATA DA 127^a REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da
 63 127^a reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 29 de agosto de 2025. Votos favoráveis: Assemg,
 64 Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemp, Sindietra, Zeladoria do Planeta e ANM. Abstenção: Dom Helder. Ausências:
 65 Codemig e IHMBio. Justificativa de abstenção. Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder: “Eu vou me
 66 abster em função de dúvidas que ainda permanecem.” Manifestações registradas neste item de pauta antes da
votação da ata. Fernando Benício de Oliveira Paula/Sociedade civil: “Senhor presidente, Fernando Benício,
 67 conservacionista hoje aqui. Eu venho aqui saudar todo o Conselho, meus pares aqui já há algum tempo, os servidores
 68 e todos que nos assistem. Eu venho, senhor presidente, relatar que estou ora, devido à investigação da Polícia
 69 Federal, a qual eu apoio integralmente, afastado voluntariamente das minhas atribuições na presidência da Zeladoria
 70 do Planeta, cargo que exerço há 25 anos, e consequentemente, aqui deste Conselho. Eu apoio integralmente a
 71 investigação da Polícia Federal, inclusive, pessoalmente, eu considero que ela deveria ser estendida, principalmente
 72 ao nível temporal, frente às licenças ambientais que foram expedidas por ocasião do alteamento das barragens de
 73 Brumadinho e de Mariana. No entanto, isso cabe à Polícia Federal, e deixo a eles essas atribuições. Estamos aqui
 74 colaborando, de forma muito assídua, aos processos, dando todos os esclarecimentos. E gostaria de citar que
 75 somente eu, meu CPF, Fernando Benício, está sendo investigado, supostamente por interferir junto aos demais
 76 conselheiros em seus votos. Mas isso está sendo investigado, certamente, irá chegar a um parecer extremamente
 77 positivo. E eu gostaria de salientar, senhor presidente, que não a Zeladoria do Planeta enquanto instituição, que
 78 possui um corpo dirigente. Não sou eu ONG, como muitas entidades que a gente vê que infelizmente são de uma
 79 pessoa só, mas nós temos um corpo, que nada tem a ver com essa investigação e por isso, senhores conselheiros,
 80 nas nove Câmaras em que nós atuamos, estará consequentemente cumprindo o seu mandato até o final. Muito
 81 obrigado. Desejo a todos uma ótima reunião. E caso, senhor presidente, o senhor possa me conceder que esta minha
 82 fala seja transcrita integralmente na próxima ata. Muito obrigado e uma boa reunião a todos.” Presidente Yuri Rafael
83 de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Fernando Benício. Eu não interrompi o senhor e não vou

84 interromper os demais. Eu quero só lembrar, conforme artigo 44 do nosso Regimento Interno, as manifestações
 85 devem ser afetas ao item de pauta. Nós estamos aqui fazendo o exame da ata da 127^a reunião. Então não quis
 86 interrompê-lo, mas eu peço a atenção, em relação a este item e aos demais, que as citações ou os destaques sejam
 87 feitos para o item de pauta. Nesta semana nós tivemos várias manifestações do sindicato, como eu disse, em um
 88 pleito justo junto ao governo, que indiretamente o nosso trabalho está vinculado às licenças ambientais, aos
 89 pareceres que são levados ao licenciamento ambiental, seja também em relação aos autos de infração. Nós teremos,
 90 com certeza, também manifestações no mesmo sentido nesta reunião. Eu sei disso. E conforme falado, até por uma
 91 servidora, trata-se de uma questão se não diretamente ligada ou indiretamente ligada, como eu disse, mais uma vez,
 92 pleito justo. Eu sou servidor público de carreira, não vou interrompê-los em modo algum em relação ao prazo de
 93 manifestação, mas eu solicito, mais uma vez, que se atenham ao item de pauta. O item de pauta aqui que nós estamos
 94 tratando neste momento é o exame da ata da 127^a reunião. Então eu solicito que os destaques sejam relativos a este
 95 item.” Felipe Gomes/sociedade civil. “Bom dia a todas, a todos. Com muito orgulho que eu venho aqui lembrar que
 96 eu cheguei a ser processado o dia que eu pedi que fossem investigados. Naquela época, eu ainda falei: ‘supostos
 97

98 crimes'. Eu não sabia que a corrupção era sistêmica, Sr. Yuri e nobres conselheiros. E assim eu fico assustado de ver
99 que um... Eu espero que não tenha mais pessoas investigadas nos inquéritos, porque me dá muito medo. Eu tenho
100 medo. Na hora que eu vi o tanto de arma apreendida, pensar que o terceiro nome da Polícia Federal... Parabéns à
101 Polícia Federal por ter desbaratinado este, que provavelmente é o maior esquema criminoso mineral da história do
102 Brasil e que cooptou servidores. Eu adoraria saber, eu rezo para que Rodrigo Franco não seja morto e faça delação
103 premiada e conte quem é que estava, quais eram, quem dava as ordens que vinham de cima para ele. Eu tenho
104 certeza que essa operação está só no começo. Na hora que a gente vai ler... Depois, se os senhores quiserem, já foi
105 tirado o sigilo dos processos. Então acho que seria muito interessante buscar os outros empreendimentos, porque
106 tem inúmeros outros empreendimentos citados. Nobre presidente, na boa, a sua fala não condiz com a realidade
107 quando você responde ao conselheiro que intervii primeiro, sabiamente. Eu parabenizo o conselheiro que intervii,
108 eu me esqueci o nome. Mas a SEMAD hoje não tem a menor condição de garantir isso que o senhor prometeu. É
109 uma mentira, é uma falácia, porque a gente vem denunciando corrupção sistêmica. Quem está falando isso não sou
110 eu, é a Polícia Federal, que prendeu o presidente da FEAM. Tudo bem que ele foi exonerado quatro dias antes. Eu
111 achei uma bizarrice. Será que alguém passou informação para ele? 'Pera aí' que eu vou ter que pôr para carregar
112 minha bateria. Não a minha, que a minha está extremamente carregada depois de lutar por praticamente três anos
113 contra este que provavelmente é o maior esquema criminoso de meio ambiente e mineração da história deste país.
114 Que eu fui vítima de matérias difamatórias. Vocês sabiam que eu ganhei contra o 'Estado de Minas', que publicou
115 uma matéria falsa a meu respeito? Yuri, você estava presidindo a reunião que concedeu a licença da Fleurs Global
116 Mineração. Que foi uma licença... Eu queria depois, presidente, que vocês esclarecessem para a gente se alguma
117 dessas licenças está sendo concedida sem anuência, porque a da Fleurs foi. A da Fleurs foi concedida sem anuência
118 do Iphan, uma Licença de Operação Corretiva que não podia operar, que, inclusive, graças a uma denúncia de Duda
119 Salabert, quem represento neste momento também, pegou, foi lá e viu. Que nós fizemos uma denúncia sobre rejeito.
120 Aqui está meu crachá funcional, estou aqui representando a deputada federal, que foi ameaçada, que teve seu nome
121 citado. Inclusive, o meu nome é citado, falando, quando, depois que o Fernando Benício... O conselheiro que está aí,
122 o pessoal parabenizando ele, fala lá que gerou um certo, uma certa consternação pela minha intervenção em cima
123 da fala dele. Então é muito preocupante. Esta reunião tem que ser suspensa. Yuri, esta reunião tem que ser suspensa.
124 E seria muito interessante que na ata fosse citado lá, em todo local que tiver Fernando Benício, Baliani, que todos
125 estão afastados a pedido da Justiça Federal por suposto envolvimento com esse esquema. Isso tinha que constar na
126 ata. Eu gostaria de solicitar que fosse avaliado para que no futuro, quando as pessoas acessarem a ata da última
127 reunião, saibam que essas pessoas que votaram naqueles processos estão sendo investigadas naquele que é
128 considerado, provavelmente, é o maior esquema criminoso da história do Brasil de meio ambiente e mineração.
129 Então eu deixo aqui o meu repúdio a esta reunião estar ocorrendo, meu total apoio à greve dos servidores. Estou
130 inscrito em todos os processos, vou falar em todos os processos e estou indignado porque fui processado porque
131 havia denunciado que havia corrupção sistêmica. Eu não falei 'sistêmica' naquela época." **6) NOVO MÓDULO DO**
132 **GTAC - SISTEMA DE GESTÃO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.** Apresentação: Fundação Estadual do
133 Meio Ambiente (FEAM). Nayara Pereira, da FEAM, fez apresentação sobre o novo módulo do Sistema de Gestão de
134 Termos de Ajustamento de Conduta (GTAC). Após a exposição, foi aberta a manifestação dos inscritos. Felipe
135 Gomes/sociedade civil. "Eu tenho uma sugestão sobre esse sistema. Eu acho que ele devia mudar de GTAC, o nome
136 dele, para 'TAC, TAC, TAC'. Os TACs são peça chave nesse esquema de corrupção sistêmica que, segundo a Polícia
137 Federal, cooptou agentes de Estado. Lembrar que a Fleurs Global Mineração, que, inclusive, eu estava olhando aqui
138 na página... Eu faço até questão de ler, porque depois vão querer me processar. Mas no processo 6315374-
139 44.2025.4.063800/MG, evento 1, anexo 15, página 12. Eu estou lendo, entre aspas, pessoal, não estou aqui fazendo
140 nenhuma correlação, nada. Só lembrar de uma empresa que operou com TAC muito tempo, que inclusive também
141 teve licença sem anuência. No dia 16/7/2024, Gilberto, que eu acho que está preso, 'comentou sobre duas pessoas
142 que teriam pedido de vistas no negócio no mês passado.' 'Na sequência, comentou sobre o processo de
143 licenciamento da Fleurs Global.' Isso está entre aspas, pessoal, eu estou lendo do inquérito, desse processo que foi
144 disponibilizado. 'Suspeita-se que o investigado esteja se referindo à reunião da Câmara de Atividades Minerárias' –
145 que acho que é por acaso onde nós estamos – 'do Conselho Estadual de Política Ambiental, ocorrida no dia
146 28/6/2024, no qual, em análise do processo administrativo para análise de Licença de Operação Corretiva da Fleurs
147 Global Mineração Ltda., quatro conselheiros realizaram pedido de vista. Foram eles, Heleno Maia Santos Marques
148 do Nascimento, Fernando Benício de Oliveira Paula, Francisco de Assis Lafetá Couto e Thiago Rodrigues Cavalcante.'
149 Eu estou simplesmente lendo o que está no inquérito da Polícia Federal, pessoal, isso está tudo entre aspas. Então

150 eu fico com muito receio, porque a investigação está correndo, tudo mais, e esta Câmara, que está como peça central
151 dessa história, continuar funcionando. Então eu deixo aqui meu total apoio aos servidores em greve. Eu entendo que
152 para colaborar com as investigações seria muito interessante que qualquer pessoa citada... Eu, se tivesse meu nome
153 citado no inquérito... Meu nome está até lá, tem um que aparece 41 vezes. Depois vocês procuram lá toda vez que
154 meu nome está citado. Fiquem à vontade. Quem quiser os processos, eu encaminho. Eu, se tivesse sido citado como
155 qualquer coisa que não seja uma pessoa que estava aqui denunciando esse esquema criminoso, eu falaria: 'Olha,
156 pessoal, eu não vou votar nada, eu não vou fazer nada, porque eu sou inocente, então eu vou me abster para que as
157 investigações corram.' Igual eu. Se fosse a secretária Marília Carvalho, eu já teria colocado meu cargo à disposição.
158 'Olha, se o esquema criminoso desbaratinado até agora estava debaixo do meu nariz'. Afinal de contas, ontem,
159 inclusive, foi perguntado na Assembleia quais daquelas pessoas eram indicações dela, das pessoas que foram presas,
160 alvos de busca e apreensão. Ela não respondeu isso. Eu colocaria meu cargo à disposição. Eu acho que é nobre. O
161 LUPI, o ministro LUPI, na hora que explodiu o negócio do INSS, ele colocou o cargo à disposição na mesma hora. Fica
162 aqui uma dica para a secretária. Com certeza, está nos vendo. E eu, se tivesse meu nome ali por qualquer coisa
163 minimamente esquisita, qualquer mensagem e tal, eu também colocaria. Inclusive, por exemplo, a Zeladoria do
164 Planeta, que o Fernando Benício veio aqui falar, a entidade deveria colocar o cargo à disposição também. E lembrar,
165 nós encaminhamos um ofício para o Conselho Nacional de Entidades Ambientalistas pedindo descadastramento da
166 entidade. A deputada federal Duda Salabert encaminhou. Se os senhores quiserem, depois eu posso compartilhar
167 com os senhores. E aí eu pergunto: nesse processo de fazer o 'TAC, TAC, TAC', algum investigado, alguém que é citado
168 nos inquéritos participou da elaboração? A gente pode pegar os nomes daqueles maiorzões. Rodrigo Franco
169 participou, Baliani participou, Breno Lasmar participou? Vocês sabem os outros nomes. Então eu penso que, se algum
170 deles tiver participado, essas modificações, tudo isso que está sendo proposto do TAC deveria ser suspenso, esperar
171 as investigações concluírem." Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: "Eu sou Renata Dutra, hoje estamos
172 fechando a semana do COPAM com as Câmaras Técnicas, a CMI. Nós, enquanto movimento grevista já aqui tão muito
173 bem exposto, estivemos presentes em todas as Câmaras Técnicas realizadas esta semana pelo COPAM. Estamos aqui
174 fechando a nossa agenda de greve hoje. Quem se inscreve hoje como sociedade civil é uma cidadã que compõe o
175 corpo de servidores efetivos do Sisema há 11 anos, atuando na análise e elaboração técnica de pareceres de
176 licenciamento e também por muitas vezes assinando TACs. Meu nome já esteve nessas Câmaras inúmeras vezes e
177 seguirá. Assim como muitos colegas, poderia ter escolhido não mais servir ao Estado, porém eu ainda sigo
178 acreditando e lutando por esta instituição Sisema. E nesses 11 anos de atuação é a primeira vez – eu gosto de frisar
179 isso – em que eu me inscrevo no COPAM enquanto sociedade civil. Então é importante ressaltar que estou aqui hoje
180 num exercício de cidadania. E aí, como bem antecipado pelo presidente YURI, que a gente gosta de frisar, referente
181 ao Regimento, esse vínculo entre o item de pauta e o que iremos proferir, é importante ressaltar que se esta Câmara
182 está em atividade é porque os servidores de meio ambiente existem. Não existiria CMI, não existiria COPAM se os
183 servidores de meio ambiente não estivessem aqui para poder entregar os seus trabalhos a este Conselho, a essas
184 Câmaras. Nós servidores somos defensores da implantação de sistemas que garantam a transparência e que tornem
185 nossos trabalhos mais eficientes, tais quais apresentados pelo GTAC hoje. Porém, é importante nós refletirmos a que
186 esses sistemas estão atendendo. Então quando falamos em Termos de Ajustamento de Conduta é um objeto que
187 historicamente tem colocado os servidores em péssimas situações e condições. E prova disso, como já relatado por
188 outros inscritos, temos histórico de processos administrativos sofridos por servidores que têm vínculos com TACs
189 assinados, nós temos históricos de multas sobre servidores que têm vínculos com TACs assinados e agora mais
190 recentemente processos de investigação pela Polícia Federal, em que servidores também são vítimas de investigação,
191 em que temos TACs envolvidos também. Pois bem, a categoria reconhece a relevância desta Câmara. Ocorre que
192 hoje, 26 de setembro de 2025, a categoria dos servidores que estão assinando esses novos pareceres que estão na
193 pauta está completando 26 dias corridos em movimento grevista, em prol do fortalecimento da carreira e da
194 instituição Sisema. Não cumpre a nós fazer julgamento técnico, o pente fino de todo esse trabalho tão bem
195 desenvolvido pelos colegas de norte a sul do Estado que redigiram esses pareceres. Por outro lado, não há como não
196 realizarmos uma interferência civilizatória em todos esses espaços. Nós não consideramos digno e justo que neste
197 cenário de maior greve geral da história do Sisema estes processos sejam encaminhados à deliberação. Nós
198 clamamos pela sensibilidade mais uma vez da presidência desta mesa para que retire todos os processos da pauta
199 até que o movimento grevista seja encerrado, o que implique em apresentação de proposta plausível pelo governo
200 referente aos 21 pontos de pauta. Clamamos também pela sensibilidade de todos os conselheiros que compõem
201 esta Câmara para que peçam reiteradamente vistas de todos os processos até que seja apresentada à categoria uma

202 mesa de negociação, que até o dia 26 de setembro não ocorreu, referente aos nossos 21 pontos de pauta. Não há
203 caminhos a não ser criando obstáculos, tornando evidente a participação dos servidores para que essas entregas
204 sejam feitas. É a quarta semana da greve geral no Sisema. Enquanto esse movimento existir, não podemos permitir
205 que o COPAM siga atuando como se nada estivesse acontecendo. Nós estamos na linha de frente, e fazer adesão ao
206 nosso pleito é atitude de respeito. Esta semana nós já tivemos o Instituto Heleno Maia se abstendo de todas as
207 votações em solidariedade aos servidores de meio ambiente. Infelizmente, ao final da reunião, anunciou renúncia da
208 cadeira. Enfim. Então nós esperamos, através dos instrumentos que temos, que os conselheiros, que a presidência,
209 que todos os envolvidos possam atuar em prol das nossas causas. Muito antes de deliberar processos, defender o
210 servidor é defender o meio ambiente e o futuro de Minas.” Daniel da Mota Neri/sociedade civil: “Eu vou pedir
211 desculpas por um pouco da quebra da formalidade aqui. Estou na minha casa, estou em férias, não tenho hábito de
212 participar das reuniões do COPAM. Sou professor do IFMG, no Campus Ouro Preto, militante da Flama, Frente
213 Mineira de Luta dos Atingidos e Atingidas pela Mineração. Eu havia até preparado um texto, algumas palavras para
214 falar sobre essa questão do TAC, mas o início desta reunião, infelizmente, me obriga a mudar um pouco o percurso
215 que eu planejei para estes 5 minutos. Essa mudança que eu vou fazer na minha fala se deve a uma coisa que passou
216 aqui por algumas falas que já aconteceram nesta reunião e que tem acontecido em manifestações do governo Romeu
217 Zema, nos últimos dias, depois da deflagração da Operação Rejeito. Que se trata – eu vou usar uma expressão
218 coloquial, porque não consigo uma expressão mais formal – do blefe. Todo bom mineiro, mesmo que não seja um
219 jogador de truco, que não seja adepto ao jogo de cartas, sabe o que é um blefe. A gente blefa quando a gente não
220 tem carta, mas finge que tem. Então a gente toma uma postura assim, uma cara séria, a gente faz uma voz, a gente
221 muda alguma coisa na nossa postura corporal e tenta dar a entender aos adversários que a gente está com carta na
222 manga. Então que ‘eu tenho um zap, um 7 de copas, que eu tenho o Ás, do pôker’. E a gente está vendo isso por
223 parte do governo Romeu Zema. Desde o início da operação, a gente vê a secretária Marília, a gente vê o governador:
224 ‘Não, estamos fazendo o máximo pela apuração, somos favoráveis à investigação’. As coisas estavam correndo, estão
225 correndo ali bem embaixo do nariz deles. E a metáfora que eu faço é que eles se comportam como os figurantes
226 daquele filme ‘As Branquelas’. Todo mundo já deve ter visto na ‘Sessão da Tarde’. Para aquele filme acontecer, todos
227 os figurantes têm que fingir que são cegos, porque obviamente ninguém acha que aqueles dois personagens que se
228 fantasiam e se maquiam como as meninas louras parecem alguma coisa com as personagens originais. Senhor Yuri
229 Trovão, presidente desta Câmara, secretária Marília Melo, governador Romeu Zema estão se comportando como
230 esses figurantes, fingindo que não estão vendo as coisas que estão acontecendo. E aí blefam. Presidente, o senhor,
231 com uma bela voz empotada: ‘Somos favoráveis ao pleito dos servidores públicos, eu sou servidor de carreira.’ É
232 emocionante, chega a mexer com a gente, de verdade, estou falando sério. Estou falando bem pessoal aqui por causa
233 disso, por isso que eu mudei o que eu ia dizer. O rapaz da Zeladoria do Planeta: ‘Não, estou aqui por causa do
234 contraditório’ e tal. A secretária dizendo que não sabe ou não indicou ninguém para a FEAM. Colocar o TAC na reunião
235 da CMI. O TAC é o grande problema, o Felipe já falou aí desses processos de licenciamento absurdos, ‘semi
236 licenciamentos’ que ocorreram na Serra do Curral e em vários outros episódios, inclusive os envolvendo os crimes
237 com rompimento de barragem. E agora ‘não, nós vamos ajustar o TAC’. A Assembleia Legislativa, comandada com
238 mão de ferro, com mão de dinheiro, firmemente pelo governador, bloqueou por dois anos o processo de
239 tombamento da Serra do Curral. Aí fez-se a mágica, o parlamento mineiro, de repente, assumiu a responsabilidade
240 e acatou o projeto de lei da deputada Beatriz Cerqueira, e agora vai ser colocado em pauta. Olha, gente, que
241 maravilha. Então é preciso a gente deixar gravado – esse instrumento, essa ferramenta do YouTube permite que a
242 gente deixe registrado aqui – que essa operação está em andamento. Essa operação, ainda haverá desdobramentos.
243 Cuidado com o blefe, porque vocês vão cair, porque a sociedade civil está organizada e se organizando cada vez mais.
244 E a gente não vai permitir que essa operação pare onde ela chegou.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
245 “Agradeço a manifestação do Sr. Daniel. Só para esclarecer, Sr. Daniel, em relação à empotação da minha voz ou a
246 forma que eu me manifesto não é nesta reunião. Acho que o senhor está entrando – o senhor mesmo disse que o
247 senhor está presente apenas nesta reunião –, não deve ter o conhecimento das demais reuniões que eu presidi. Só
248 para esclarecer, mais uma vez, eu sou servidor público efetivo desde 2006, exerce o cargo de chefia desde 2008. Na
249 realidade, sou egresso da Educação, do Sistema de Educação, desde 97. Então o senhor não sabe nada da minha
250 história e não tem como o senhor falar que eu estou blefando. É aí que o senhor se engana, não há nenhum blefe da
251 minha parte. Pelo contrário, respeito todos os senhores. Eu gostaria muito que o respeito fosse recíproco aqui na
252 minha manifestação, assim como respeito aos demais... Em relação à presidência, exerce a presidência da CMI, CNR
253 e das outras reuniões, foram mais de 300 reuniões nas quais eu presidi e nas quais eu participei assessorando

254 juridicamente. Então não há nenhum blefe da minha parte, nenhuma empostação de voz. Essa é a minha forma de
 255 agir, de forma educada e respeitosa com o senhor e com os demais aqui presentes." Sandoval de Souza Pinto
 256 Filho/sociedade civil: "Eu tive um probleminha aqui no início, talvez atribuído até a falha minha mesmo aqui no Zoom.
 257 Eu gostaria de fazer uma pequena revisão na minha fala na ata da reunião passada, na de ordem 127. Se for possível,
 258 se puder depois pedir à equipe para fazer. Eu falei sobre 'imissão de posse' e não 'emissão de posse', como consta.
 259 É uma correção simples. Quanto à política ambiental do Estado de Minas Gerais, eu gostaria de aproveitar este
 260 espaço também para falar um pouco do que a gente já vem falando ao longo de alguns anos relacionado aqui a
 261 Congonhas. A gente não vai cansar nunca de falar dos absurdos que estão acontecendo em Congonhas. E, mais do
 262 que nós falarmos, a própria natureza, o próprio ecossistema está falando. E ele falou nessa última segunda-feira
 263 agora novamente. É uma situação que a gente sempre fala aqui e que deveria ser levada em conta nos licenciamentos
 264 e que possivelmente também tenha algum tipo de ligação com essas investigações que a Polícia Federal está fazendo.
 265 Porque a ausência de avaliação sistemática no território de Congonhas e processos de licenciamento que perduram
 266 por década no sistema esperando renovação de Licença de Operação, enquanto que outros... E também a situação
 267 de Congonhas é drástica, é grave, gravíssima. Está nos preocupando de esta reunião estar acontecendo, então eu
 268 vou passar para um caso objetivo que se refere ao prosseguimento desta reunião, senhor presidente, é que a gente
 269 está muito preocupado que tem empreendimento com licença ainda incompleta, foi concedida. Em 'Assuntos
 270 Gerais', eu vou ler o ofício que foi encaminhado para o governo do Estado sobre esse empreendimento, que é a pilha
 271 Fraile, em sua expansão 3 e 4, aqui em Congonhas, em que a Prefeitura Municipal de Congonhas está pedindo
 272 manifestação para a SEMAD. E o empreendimento – ao que nos parece, ao que foi feita aqui vistoria pela Secretaria
 273 Municipal de Meio Ambiente – já iniciou as obras sem anuência do Iphan e o lepha. Então tudo num pacote assim
 274 muito complexo. E a gente não consegue compreender, com essa legítima greve que está acontecendo dos
 275 servidores, como se dá andamento a esse tipo de pleito, esse tipo de análise, de fiscalização e até mesmo desta
 276 própria reunião. Já foi dito aqui pela Renata, que nos antecedeu, pelo próprio Felipe e os outros mais. E eu também
 277 achei que esta reunião, de alguma maneira, não tivesse condições de ser realizada. Estou pensando ainda aqui muito,
 278 como é que vai prosseguir numa reunião em que... Semana passada eu falei com uma autoridade aqui a respeito
 279 desse ofício que foi enviado da Prefeitura de Congonhas para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente a respeito
 280 dessa expansão de pilha. Falei uma coisa assim que soa até a brincadeira, mas eu falei: 'Tem uma parte do pessoal
 281 de lá que está ou preso ou investigado, e outra parte está de greve'. Então o que sobrou, com todo respeito... Estou
 282 dizendo assim, quem está trabalhando, eu sei que tem cotas de atendimento, tem o regramento todo para que
 283 continue funcionando em casos emergenciais. Até mesmo essa tempestade de poeira que aconteceu em Congonhas
 284 agora, semana passada, na segunda-feira, como é que trata isso? Fiscalização... Como é que trata autos de infração?
 285 Nós fizemos denúncia para a FEAM sobre esse caso. Fizemos em âmbito municipal, fizemos em estadual. Eu não
 286 entendo como é que o Sisema está funcionando dessa maneira, com um lado a investigação, que parabenizo a Polícia
 287 Federal, parabenizo também o Ministério Público, todos os órgãos envolvidos; e também a parte que está
 288 cooperando, que está contribuindo, da própria SEMAD. A gente sabe, tem certeza que não é todo mundo que está
 289 envolvido nisso, é óbvio." Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: "Bom dia, senhores conselheiros. Só
 290 diante da última fala do Sandoval, só queria destacar a falta de espaço para manifestações diversas, que não sejam
 291 dos assuntos pautados pelos conselheiros, porque só os conselheiros têm fala irrestrita. E como a representatividade
 292 desta Câmara está em xeque a gente percebe que as manifestações são sempre direcionadas e sem um amplo debate
 293 de opiniões divergentes. Eu queria só destacar por que a gente tem que fazer interferência e muitas vezes falar sobre
 294 coisa que não é do tema. Mas a minha fala aqui era para parabenizar os servidores que participaram da elaboração
 295 do GTAC. O GTAC com certeza vai ser uma contribuição, o sistema traz melhorias para o sistema como um todo, mas
 296 é esse grupo de servidores que também hoje está de greve, pedindo a recomposição salarial, que já alcança 80% de
 297 defasagem. E também a gente solicita o envio do plano de carreira para a Assembleia Legislativa, para apreciação.
 298 Para que esse tipo de entrega do GTAC se fortaleça e ocorra com mais recorrência dentro do órgão, é preciso que
 299 seja realizado concurso dentro do órgão e que essa carreira seja realmente valorizada por todo seu esforço e
 300 contribuição para a população de Minas Gerais. E por isso eu queria reforçar aqui o pedido de moção desta Câmara
 301 para apoio à greve dos servidores para que a gente consiga estabelecer uma mesa de negociação efetiva com a
 302 secretaria Marília e com o governador Romeu Zema." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a
 303 manifestação da Sra. Laura. E assim encerramos com os inscritos em relação ao item 6, que é a nossa apresentação.
 304 Agradeço mais uma vez a presença da Sra. Naiara." **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA**
305 PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - "AMPLIAÇÃO". 7.1) Viver

306 **Minas Mineração Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento;**
307 **Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos;**
308 **Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Formulação de adubos e fertilizantes. Campo**
309 **Belo/MG. PA/SLA/Nº 12769/2025. ANMs: 830.882/1992, 832.338/2006 e 833.354/2004. Classe 4 (Conforme Lei nº**
310 **21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA SM. Retorno de vista pelo conselheiro Fernando Benício**
311 **de Oliveira Paula. representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta.** Licença concedida por
312 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg,
313 Sindixtra, ANM. Abstenção: Dom Helder. Impedimento: Zeladoria do Planeta. Ausências: Codemig e IHMBio.
314 Justificativa de abstenção. Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder: "Senhor presidente, mais uma vez
315 eu vou me abster em função dos questionamentos que eu fiz no início da reunião. Apesar do meu sentimento muito
316 positivo com relação ao esforço feito pelo governo de Minas, eu acho que existem ainda muitas dúvidas com relação
317 ao processo. Então eu vou me abster. A minha preocupação é com relação, por menor que seja, ao risco de alguma
318 quebra de integridade." Manifestação de impedimento. O conselheiro Gustavo Bleme de Almeida, representante da
319 Zeladoria do Planeta, se declarou impedido neste item de pauta. Manifestações registradas neste item de pauta
320 antes da votação do processo. Felipe Gomes/sociedade civil. "Muito bom dia a todas e a todos. Eu ia até falar aqui
321 sobre um Pix de R\$ 5.000, mas eu vou trocar o assunto. Eu vou aproveitar o gancho do nobre guerreiro Sandoval,
322 que assim como eu acho que entrou na turma dos ultraprocessados também, também foi processado por essa
323 incidência um pouco mais verdadeira nessa questão socioambiental em Minas Gerais. Prezado presidente, me
324 desculpa se o tema não é afeito à pauta, mas é importante que seja dito. No dia 10/9/2025, a deputada federal Duda
325 Salabert, através do Ofício 135/2025 GDDS, acionou o Sr. Rodrigo Gonçalves Franco. Acho que nós erramos, porque
326 ele já estava preso. Ou ainda não? Não sei. Ah, não, porque ele não estava preso ainda não, isso aqui é antes. Então
327 é bom para já deixar avisado, porque você já busca o e-mail. Se quiser, eu encaminho, Yuri, tendo em vista que o
328 Rodrigo está preso. Sobre a ampliação da pilha do Fraile 3 e 4, CSN Mineração. Que a licença foi concedida há um
329 ano, assim como a Fleurs Global Mineração, sem anuênciia do Iphan e do lepha. Aí o que fez? Eles estão implantando
330 a pilha. Você acredita? E ainda não tem licença do lepha e do Iphan. Inclusive, no dia 12, a CSN – ou dia 11, não sei –
331 se manifesta no processo, depois que a gente acionou vocês, Iphan e lepha. Se manifesta no processo pedindo
332 urgência na concessão da anuênciia. E só não foi concedida porque tem uma condicionante de mais de um ano não
333 cumprida. E aí parece que o Iphan se manifestou meio favorável. Não sei o lepha, não consegui acessar o processo.
334 É muita coisa envolvida. E o pior, a prefeitura foi lá, fiscalizou, e a CSN responde para a prefeitura falando que está
335 tudo certo a implantação porque tem a Licença 109. Só que a licença é tão assim que está só um trechinho lá embaixo
336 falando o que não pode fazer. Você tem que ir dentro do parecer para descobrir que ela não tem validade ou até
337 porque no ofício de encaminhamento para a empresa não tem falando que é uma licença sem validade. Então a CSN
338 apresenta uma informação que não condiz com a realidade para a prefeitura. Então, Yuri, eu queria deixar aqui um
339 pedido explícito que fosse mandada uma fiscalização. Ontem a secretaria falou que está fiscalizando com helicóptero
340 e não sei o quê. Manda um helicóptero lá, pode chamar o Sandoval, põe ele para andar de helicóptero lá que ele
341 mostra para vocês aonde que é que a CSN está instalando a pilha do Fraile neste exato momento, ampliação 3 e 4.
342 Aí eu pergunto, eu sei que não é o ponto de pauta, mas está aqui uma denúncia de algo que pode ser que não condiz
343 com a legalidade. E aí, se não agir, pode ser visto como prevaricação. Então, presidente, eu estou te falando. Ah, o
344 pessoal pediu para avisar que, para variar, o chat do YouTube está fechado. Eu queria te mandar esse ofício aqui no
345 chat, mas fecharam o chat aqui também deste. E para não dizer que fugi do tema, porque o tema é muito vasto, vou
346 fazer algumas perguntas sobre esse empreendimento. Pensando que nós temos um esquema de corrupção sistêmica
347 instalado, envolvendo ANM, envolvendo lepha, envolvendo Iphan, envolvendo FEAM, envolvendo IEF e sei lá mais
348 quem. Foi concedida a anuênciia desses, lepha e Iphan? A ANM, algum dos nomes investigados nesses outros órgãos
349 compõe esse processo de alguma forma? Porque se sim esse processo também deveria ser retirado de pauta. E faço
350 coro assim, para mim é muito surreal pensando que esta comissão, especificamente, que é citada inúmeras vezes
351 nos inquéritos, esteja funcionando. Aí eu pergunto: teve anuênciia? Pergunto também: esse processo foi analisado
352 pela diagonal, o parecer foi feito pela diagonal? Porque o da Fleurs foi feito pela diagonal, através do contrato com
353 a Comunitas. Comunitas, que tem patrocínio da Vale, da CSN, da Votorantim. É muito doido isso. E eles estão fazendo
354 parecer. Teve consulta livre, prévia e informada? Tem algum quilombo próximo, alguma outra comunidade próxima?
355 Teve a consulta? Porque a FEAM está perdendo na Justiça. A FEAM não, o Sisema. Várias, tendo que ter decisão
356 judicial para suspender a licença, porque vocês vão lá e concedem a licença sem fazer a consulta livre, prévia e
357 informada, igual começou lá na Tamisa. A Tamisa acho que foi a primeira, depois vieram outras. Inclusive, teve que

358 mandar suspender o licenciamento lá do Norte de Minas. Então é isso. Gostaria de ter respostas explícitas.”
359 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhor Felipe, tem um mecanismo, tem um link específico para denúncias.
360 Não sei se o senhor fez, mas, se o senhor não fez, por favor.” Felipe Gomes/sociedade civil. “Nós oficiamos, nós
361 mandamos um ofício.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Tem um link, eu vou procurar para o senhor depois.
362 Tem um link específico para as denúncias.” Felipe Gomes/sociedade civil. “Eu mando também, se puder compartilhar
363 no chat.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou mandar, vou pedir aqui para pegar e mandar no chat
364 para o senhor. Em relação aos outros questionamentos, eu vou passar a palavra à equipe técnica, posteriormente,
365 após esgotar com os inscritos.” Danielle Farias Barros/Servidora do Sisema: “Bom dia, senhores e senhoras
366 conselheiros. Bom dia, senhor presidente. Sou Daniele Barros, hoje estou inscrita como sociedade civil, mas sou
367 funcionária da FEAM. Muitas vezes estive aqui nesta Câmara defendendo pareceres os quais assinei e elaborei
368 enquanto engenheira florestal. E o que hoje nós, enquanto servidores, que estamos em movimento de greve, viemos
369 colocar aqui na Câmara é que tudo que está sendo pautado aqui hoje faz referência ao nosso serviço. Hoje esse
370 parecer que está neste item de pauta foi elaborado por um servidor de carreira que se encontra em greve. Então eu
371 queria entender como que vamos conseguir sustentar que as Câmaras Técnicas continuem acontecendo com
372 movimento grevista, sendo que, inclusive, há questionamentos a respeito do processo, e a pessoa responsável pela
373 análise e elaboração desse processo está no nosso movimento grevista. E o movimento grevista acontece porque
374 hoje nós estamos vendo, dia após dia, a desvalorização da nossa carreira. E sem um servidor ambiental valorizado a
375 gente não consegue fazer uma política ambiental do Estado eficiente. Então algumas coisas que eu trago aqui de
376 pautas para a nossa categoria, para a nossa valorização da carreira. Esse servidor que fez essa análise desse parecer
377 recebe a gratificação por fiscalização? Porque não é todos os servidores que fazem fiscalização que recebem essa
378 gratificação. Eu recebo, mas eu sei de muitos servidores que não recebem. Como é que o governo faz essa divisão de
379 pessoas que vão receber e que não vão receber cumprindo a mesma função? Esse é um ponto de pauta que trazemos.
380 Outro ponto de pauta: trabalhar com análise de processos complexos demanda muito tempo, e precisamos de várias
381 pessoas, de formações diferentes, para que a gente consiga ter uma análise completa e trazer o melhor trabalho
382 possível para ser votado aqui nas Câmaras. Nós conseguimos fazer isso com poucas pessoas no serviço público hoje?
383 Porque hoje temos só mil trezentos e poucos servidores, e o último concurso foi em 2013. E hoje não conseguimos
384 ter uma perspectiva de um concurso público. Então uma outra pauta que trazemos no nosso movimento grevista é
385 concurso público já? Outra pauta que trazemos no nosso movimento grevista é: por que pessoas que entraram no
386 concurso com graus de escolaridades diferentes têm que entrar no mesmo nível de carreira de outras pessoas que
387 não têm o mesmo grau de escolaridade. É injusto. Até porque a gente vai viver uma vida inteira na carreira para
388 tentar chegar num nível melhor, da forma que estamos hoje estruturados com o que temos. Até porque um dos
389 nossos pleitos também é a votação do nosso plano de carreira. Tudo que estamos trazendo aqui hoje é: a gente
390 precisa valorizar o servidor público de meio ambiente, que é a ponta da política ambiental do Estado de Minas Gerais.
391 E sem nós trabalhando não há o que se falar em ‘trem prosperando’, não tem como se falar nisso. Então o que
392 pedimos hoje é a suspensão da votação de todos esses processos ou baixar em diligência ou que todos os
393 conselheiros se abstenham das votações. E pedimos também aos conselheiros, encarecidamente, que assinem uma
394 moção de apoio para o nosso movimento grevista para que, enfim, a gente consiga ter uma mesa de negociação
395 efetiva com o governo.” Matheus Ebert Fontes/Servidor do Sisema: “Boa tarde a todos. Boa tarde a todos os
396 conselheiros. Eu sou servidor da Fundação Estadual do Meio Ambiente, trabalho no Núcleo de Correição
397 Administrativa, mas hoje eu me inscrevi enquanto sociedade civil. Eu só falei que trabalho no Núcleo para me
398 qualificar. Sou mestre em auditoria ambiental. Então eu quero abrir minha fala respondendo um pouco o que o
399 senhor conselheiro da Dom Helder, o Sr. José Antônio, falou a respeito de como os procedimentos foram feitos,
400 quem vai garantir que não tem nenhuma mácula nesses processos. O senhor até respondeu um pouco, senhor
401 presidente, mas não há como garantir antes que seja feita uma auditoria em todos esses processos de mineração
402 que começaram ou terminaram todos os alinhamentos enquanto os investigados estavam ocupando os cargos. Então
403 eu peço, enquanto sociedade civil, que esses processos sejam interrompidos até que seja feita auditoria ou uma
404 reanálise ou mesmo um certificado por outros servidores que não estejam envolvidos, que comece novamente e
405 faça uma análise de auditoria mesmo, de todos esses processos de mineração que estão em andamento desde que
406 essa abertura ou a finalização foram na época dos envolvidos nesses escândalos. E eu corroboro com a fala do Sr.
407 Felipe Gomes que a reunião deveria sim ser suspensa, porque não tem motivo deliberar sobre algo, que é uma
408 mineração, que realmente, segundo a Polícia Federal, tem essa mácula sistêmica dentro do órgão e de outros órgãos.
409 O Sr. Sandoval até falou – vou fazer as palavras – que um lado estava trabalhando, outro lado, de greve, e uma parte

410 está investigada ou presa. E nós não sabemos, até terminar a investigação, qual parte é qual. E também como eu
 411 trabalho bastante nessa parte de correição e auditoria, a gente também percebe, tem que verificar até com quem
 412 está pautando com os conselheiros, se quem, se eles têm certeza de quem realizou esses processos, se são fiscais
 413 mesmo, se eles conferiram se são fiscais pelo governo, se recebem a gratificação por desempenho da atividade de
 414 fiscalização, para haver realmente o controle da legalidade. Então a gente deliberar sobre temas importantes para a
 415 sociedade como mineração, com potencial poluidor alto, enquanto não sabemos se há mácula no processo, eu não
 416 digo nem que deve se abster dos votos, porque depois de todo o processo da polícia, se você não tiver certeza pelo
 417 que você está deliberando, salvo melhor juízo, pode ser até uma prevaricação. Você está votando em algo que você
 418 não tem certeza que você deve votar, que deve instituir uma deliberação. Então eu peço aos conselheiros um pedido
 419 de vistas coletivas ao presidente, para voltar para deliberar todos esses processos, para eles passarem novamente
 420 por uma auditoria interna com outros servidores, para deliberar, para saber, ter certeza que não há mácula em
 421 nenhum outro processo de mineração. Para que a sociedade fique 100% segura de que esses processos serão
 422 auditados, serão corretos. Ontem a Marília, secretária, disse que não tem compromisso com o erro. Então eu quero
 423 que todos votem sabendo que não teriam compromisso com o erro. Então tem que passar esses processos
 424 novamente para verificar se não tem erro e não tem mácula nenhuma. É isso que eu rogo aos conselheiros.” Sandoval
425 de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Novamente, bom dia, senhor presidente, senhores conselheiros, conselheiras,
 426 quem assiste esta reunião. Eu faço coro com a fala do servidor que me antecedeu, Matheus, a respeito da
 427 legitimidade desta reunião. Não entendemos como que um processo que receberia um parecer de vista, deve
 428 naturalmente ter recebido visita como de praxe e tudo, por uma entidade que está sob suspeição. Não estamos aqui
 429 condenando ninguém previamente, não estamos fazendo juízo do processo, óbvio, que tem direito de defesa, devido
 430 processo legal e tudo. Mas continuar a reunião, continuar a votação de processos que envolvem servidores, que
 431 envolvem conselheiros sob investigação é um tanto quanto temerário, a meu ver. Então não vou estender a fala, mas
 432 eu também, a exemplo do que o Matheus acabou de dizer, peço aos senhores conselheiros, ao senhor presidente,
 433 que reconsiderem a continuidade desta reunião, com base no que está sendo falado e do que está acontecendo
 434 nesse processo. Uma entidade que está sob a investigação, que entregaria hoje o seu parecer de vista, se dá por
 435 suspeita, a contaminação do processo, esse processo não poderia estar sendo tratado. Ele por si só já está
 436 contaminado, até o final do que a Polícia Federal apurar. Eu não vou falar mais nada neste momento aqui, mas eu
 437 acho, senhor presidente, que deveria, como medida de bom senso, pensar, colocar em discussão com os
 438 conselheiros, os senhores conselheiros, que têm a prerrogativa de propor ou a suspensão dos processos, como o
 439 Matheus falou, a retirada de pauta, ou até mesmo uma suspensão desta reunião. Suspender, até um parecer jurídico
 440 a respeito da validade da continuidade desta reunião, talvez fosse apropriado neste momento.” Presidente Yuri
441 Rafael de Oliveira Trovão: “Só para esclarecer aos senhores e àqueles que nos ouvem, o pedido de retirada de ponto
442 de pauta, baixa em diligência, pedido de vistas, é prerrogativa do conselheiro. Eu posso fazer isso de ofício. Todas as
 443 vezes que eu fiz ou que eu acatei uma baixa em diligência, retirada de ponto de pauta, eu tenho que fundamentar.
 444 Como servidor público, as fundamentações, os meus atos têm que ser fundamentados na lei, e eu tenho que
 445 argumentar para tanto. Então não vejo, a princípio, nenhum caso dentro dos processos que seja necessária a retirada
 446 do ponto de pauta até mesmo ou baixa em diligência, a não ser aquele que eu já solicitei, em virtude da solicitação
 447 da própria DGR e pelos motivos já explicados. Havendo alguma solicitação por parte do conselheiro, iremos avaliar
 448 juntamente com a equipe... A URA Sul de Minas tem alguma manifestação em relação aos argumentos?” Kezya
449 Milena Rodrigues Pereira Bertoldo/URA Sul de Minas: “Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores conselheiros
450 e demais participantes da nossa reunião da CMI. Meu nome é Kezya, estou aqui representando a URA Sul de Minas
451 por esse processo do empreendimento da Viver Minas Mineração. Só respondendo ao Sr. Felipe Gomes em relação
452 aos questionamentos dele sobre o processo, esse empreendimento em questão não tem possibilidade de afetar bens
453 tombados ou sítios arqueológicos, que necessitaria de manifestação do Iphan e do lepha. O empreendimento
454 também em questão não está localizando dentro de uma área de influência de terras indígenas para necessitar da
455 manifestação da Funai. O empreendimento em questão também declarou, dentro do Sistema de Licenciamento
456 Ambiental, que o empreendimento não impacta em terra indígena, quilombola ou bem acautelado. Então só
457 ressaltando que esse empreendimento em questão não está em área que necessite de manifestação desses órgãos
458 intervenientes.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA**
459 CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE OPERAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”. **8.1) Mineração Maroto Diamantina Ltda.** Lavra
 460 a céu aberto. Rochas ornamentais e de revestimento; Pilhas de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de
 461 revestimento. Diamantina/MG. PA/SLA/Nº 1286/2024. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III,

462 alínea b). Apresentação: URA JEQ. Retorno de vista pelo conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula,
 463 representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta. Licença concedida por unanimidade nos
 464 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemp, Sindixtra, Zeladoria do
 465 Planeta e ANM. Ausências: Codemig, IHMBio e Dom Helder. Manifestações registradas neste item de pauta antes da
votação do processo. Laura Bertolini de Souza Lima/Servidora do Sisema: "Obrigado, senhores conselheiros. Vamos
 466 discutir aqui uma mineração. Aí tem o parecer dos servidores. Eu queria só destacar a fala do conselheiro da Dom
 467 Helder, porque eu acho que o que deve ser questionado aqui não são os pareceres técnicos, quem está colocado em
 468 xeque é o Conselho, O que foi deflagrado com a Polícia Federal é uma estrutura para facilitar ou barrar discussões
 469 ambientais. Não precisamente dentro dos pareceres, que são facilmente verificáveis. Os analistas têm um rito a
 470 seguir, e esse rito se segue. Nós estamos colocando aqui como essas questões são discutidas, que é o que se rebate
 471 aqui nesta Câmara. Eu queria convidar vocês a assistir à CNR de ontem, onde o órgão ambiental justifica a
 472 manutenção dos autos de infração, apresenta qual é a interpretação que tem que ser feita, e mesmo assim os
 473 conselheiros daquela Câmara votam para que os autos de infração sejam suspensos. Então só para retornar que eu
 474 acredito que a linha não deve ser questionar os pareceres em si, porque eles seguem um rito jurídico e técnico, que
 475 é incontestável e de fácil verificação. Nós temos que questionar é a continuidade desta Câmara, mesmo ela não
 476 estando representativa. Eu queria falar também que a consulta pública que está sendo feita para avaliação... Eu estou
 477 chamando de reestruturação do COPAM, mas é consulta para reavaliar o COPAM. É importante que todo mundo
 478 aqui faça suas contribuições. Eu queria destacar isso." Felipe Gomes/sociedade civil. "É assustador. É assustador. Eu
 479 se estivesse conselheiro aqui, ficaria com muito medo pensar que segue como se nada... Assim, eu reforço a fala do
 480 Daniel: vocês estão num blefe, pessoal, vocês não fazem ideia aonde essa operação vai chegar. Vocês lembram que
 481 foram 79 mandados de busca e apreensão? Apreendeu documento lá na Cidade Administrativa. A galerinha aqui,
 482 desses coletes aqui, foi lá na Cidade Administrativa, pegou documento, pegou computador, pegou celular. Vocês
 483 viram o tanto de print, o tanto de informação que vazou? Que vazou não, que compõe os inquéritos. E aí eu pergunto,
 484 para mim é surreal a Zeladoria do Planeta continuar aqui votando. Não que a entidade esteja envolvida, não é isso
 485 que eu estou falando. O que eu estou falando é do ponto de vista da ética, da moralidade, de se respeitar uma
 486 investigação deste nível. Se realmente tem compromisso, Zeladoria do Planeta, se abstenha, saia, enquanto durarem
 487 as investigações. Eu sei que é só, como bem o Fernando Benício disse, está no CPF dele, mas o CPF dele cometeu, fez
 488 o que fez, se foi certo ou se foi errado, mas está em investigação. O que o CPF dele fez foi em função do CNPJ que
 489 ele representava. O que está citado não é o CPF dele. Se você pega os inquéritos, é influência, o que é questionado
 490 pela polícia, Fernando Benício pode me questionar se eu estiver equivocado, te peço desculpa, mas lá o que a polícia
 491 te acusa é relacionado ao que você fez enquanto dirigente, ocupando a cadeira. E aí eu faço uma pergunta. A
 492 Zeladoria do Planeta está voltando com vistas, correto? E falou que não tem nada. Correto? Quem tomou essa
 493 decisão? Fernando Benício. Porque vocês pediram vista antes de o Fernando Benício ter sido denunciado pela
 494 Operação Rejeito. O Fernando Benício teve visita técnica ao local, teve reunião com o empreendedor? Porque no
 495 caso citado na Operação Rejeito, que teve lá o Pix de R\$ 5.000, em função de votação, parece, um trem assim de
 496 pedir de vista, que não sei o quê e tal. Quem pediu vistas desse processo? Quem foi? Eu gostaria que falasse
 497 explicitamente para ficar registrado em ata quem pediu vistas e que a Zeladoria do Planeta falasse se o Fernando
 498 Benício participou de alguma forma da análise que chegou à conclusão que está tudo ok. É assustador, é
 499 aterrorizante. Pessoal, lembrem-se, nós estamos diante do maior esquema criminoso, ambiental, mineral, que
 500 cooptou esta Comissão. Teve licença de gente que está... Vocês sabiam que nunca na história do Brasil teve uma
 501 pessoa envolvida em crime ambiental presa em segurança máxima? Nesse esquema, nós temos três, que foram lá
 502 para o Mato Grosso do Sul. Se eu não me engano, estão no presídio federal de segurança máxima. O número 3 da
 503 Polícia Federal foi preso. O presidente da FEAM foi preso. Ex, porque ele foi demitido por burburinhos e fofocas. Esse
 504 governo é tão absurdo que demite por burburinho e fofoca. Aí eu pergunto ao Yuri: 'Yuri, você não ouviu nenhum
 505 burburinho ou fofoca a respeito desse empreendimento não? Porque o comunicador oficial do governo falou que
 506 demitiu o Rodrigo Franco por burburinho e fofoca. Está até no 'Fantástico'. É assim, é medonho. Entendo eu faço as
 507 mesmas perguntas que eu fiz. Algum servidor, algum envolvido na Operação Rejeito, seja na ANM, seja no Iepha,
 508 seja no Iphan, teve qualquer proximidade com essa história? Qualquer proximidade? Se teve, não pode ser votado.
 509 Gente, não vota nada não. Não vota nada não. A galera aqui não está brincando em serviço, não está brincando em
 510 serviço, botem a mão na consciência, vamos suspender esta reunião enquanto é tempo." Danielle Farias
Barros/Servidora do Sisema: "Bom dia de novo, Danielle Barros, servidora da FEAM, estou no movimento grevista.
 511 Não gostaria de estar não, gente, realmente é muito exaustivo mentalmente estar num movimento de greve, porque

514 a gente tem que trazer a nossa pauta grevista para todo mundo, para todas as instâncias, e neste momento nós
515 estamos tentando sensibilizar vocês de que sem o servidor valorizado esta Câmara nem existiria, não existiriam
516 processos a serem votados nesta Câmara Minerária e nem em todas as outras. Então a gente não consegue
517 compreender como vai acontecendo esta reunião sem que minimamente os conselheiros votem uma moção de
518 apoio para o nosso movimento grevista, como já foi feito no passado. Em 2016 votou-se moção de apoio ao
519 movimento grevista, em 2020 votou-se apoio ao movimento grevista, e hoje a gente vê uma apatia deste Conselho.
520 Uma apatia. Por quê? Mudou a composição. Qual a diferença hoje de composição que a gente não consegue nem
521 sensibilizá-los de que sem o servidor a gente não faz política ambiental no Estado? A gente não faz política ambiental
522 no Estado sem o servidor público. E a gente está pedindo por uma mesa de negociação, e o governo nos nega essa
523 mesa. A gente tem 26 dias de greve, e nossos 21 pontos de pauta, sendo alguns deles já trazidos na pauta de greve
524 anterior, que inclusive o governo não está cumprindo com o acordo da greve de 2016, que é levar para votação o
525 nosso projeto de lei do nosso plano de carreira. Então o que eu peço aqui novamente é que esta reunião seja
526 suspensa até que a gente consiga uma mesa de negociação e que se encerre o movimento grevista com as nossas
527 pautas atendidas pelo governo." Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: "Agora nós tivemos nesse processo...
528 Bom dia novamente, estou esquecendo de me apresentar toda hora. Já vou aproveitar este momento e me
529 apresentar. Sandoval de Souza Pinto Filho, diretor de Meio Ambiente da União de Associações Comunitárias de
530 Congonhas, membro fundador do Instituto Histórico Geográfico de Congonhas e membro da Academia de Ciências,
531 Letras e Artes de Congonhas. Então vamos lá ao processo. Estranho, estranho, estranho. Mais uma vez a gente vê o
532 processo ter prosseguimento com participação de uma entidade, de representante de uma entidade, porque como
533 bem disse o Felipe nada contra o Sr. Fernando Benício, nada, o nome dele foi citado, mas por estar atrelado à
534 entidade Zeladoria do Planeta e essa entidade ter cadeira no COPAM, na Câmara de Atividades Minerárias. Então há
535 que se separar bem isso aí. Então quem está falando aí hoje é a Zeladoria do Planeta, e a suspeição que recaiu sobre
536 ele, que ele até mesmo falou aí no início que está sendo investigado e tudo, os jornais também estão falando, está
537 escrito nos jornais, nos noticiários do Brasil inteiro. É muito estranho prosseguir processo com a participação de uma
538 entidade que tem o membro que a representa no Conselho sendo investigado pela Polícia Federal. E eu achei muito
539 interessante nessa abstenção do Sr. José Antônio, muito sensato, um posicionamento sempre coerente que eu vejo
540 no Sr. José Antônio. Além dos outros conselheiros. A gente participa sempre do trabalho seus aí. Mas quando o Sr.
541 José Antônio mencionou alguma questão de possível, leve vício de integridade, os sinônimos de integridade, de ser
542 inocente, ser puro, pureza, aquilo que é honesto, que é intacto, eles estão sob no mínimo investigação no caso dessa
543 entidade, no caso da participação dessa entidade. Não vou nem entrar na questão dos servidores, porque os
544 servidores, quem tem responsabilidade de apurar... Inicialmente foi falado que teria demitido, exonerado o
545 presidente da FEAM por fofoca, por candonga, calúnia, sei lá, por algo oficioso, que não é a obrigação do Estado. O
546 Estado tem que trabalhar em cima de legalidade, formalização. Então, estranho, muito estranho. E ontem no
547 depoimento, na manifestação da secretaria Marília, eu observei uma novidade, que foi mencionado por ela que
548 existe um processo administrativo, depois das denúncias, sobre esse presidente. Então deveria ter vindo a público
549 antes de a Polícia Federal ter chegado. Ou se depois que a Polícia Federal iniciou seus trabalhos esse procedimento
550 administrativo dessa denúncia, dessa candonga, fofoca, dessa conversinha de corredores que levou à exoneração do
551 senhor presidente estranha muito. Então essa nuvem que está pairando sobre o COPAM, sobre a CMI aqui só se
552 resolveria, a nosso ver, com todo respeito, senhor presidente, senhores conselheiros, mediante a suspensão desta
553 reunião. Esta reunião não deveria nem estar acontecendo. E já que está acontecendo, existe o princípio da autotutela
554 administrativa, a administração pode voltar atrás nos seus atos, eu ainda acho que seria muito interessante se no
555 meio desta reunião, na metade, nesta parte, nesta fase em que nós estamos agora aqui, fosse reconhecido que esta
556 reunião pode ser invalidada num dado momento para a frente em razão dessas suspeções sobre a sua integridade,
557 palavra utilizada pelo célebre conselheiro José Antônio. Então nós insistimos nesse pedido. E quanto à minha fala, o
558 servidor falou aí a respeito de eu ter dito de uma parte está de greve, outra parte está investigada, a outra parte está
559 presa, eu lembrei de uma coisa: tem uma parte também dos computadores que foram apreendidos na Cidade
560 Administrativa, que por circunstâncias do destino podem alguns desses computadores que foram para a Polícia
561 Federal até conter documentos desse próprio processo que está aqui em discussão e de outros." Conselheiro Cícero
562 Antônio Miranda Barbosa/ANM: "Presidente, há algumas colocações que são importantes para fazer breves
563 esclarecimentos. Várias pessoas falaram, a Sra. Laura Lima, Felipe Gomes, Danielle Barros, Sandoval, entre outros.
564 Algun ponto em comum que eu vejo o tempo todo essas pessoas questionando aqui a legitimidade e a integridade
565 do nosso trabalho aqui no Concelho. Foram citados, inclusive, a Agência de Mineração, de forma explícita, e também

566 os servidores da Agência também de forma oblíqua, na fala de alguns. Eu queria apenas registrar para o público que
 567 nos ouve que nesses três anos que aqui estou representando a Agência Nacional de Mineração jamais recebi
 568 qualquer pedido que não fosse o cumprimento da lei. E sequer recebo ligações de diretores ou dirigentes para tratar
 569 aqui da pauta, tamanha é a liberdade com que eu exerço essa representação aqui e tamanha tranquilidade com que
 570 eu faço esse trabalho. Não há, repito, não há aqui na representação da Agência qualquer compromisso com erro.
 571 Estamos aqui, estou aqui fazendo esse trabalho de ouvidos atentos para quaisquer questionamentos do item de
 572 pauta da reunião do dia. Hoje, por exemplo, não foi pontuado nada desses itens de pauta que merecesse alguma
 573 discussão do ponto de vista ambiental. Que este é o conselho ambiental. Certo? Houve acusações vazias, acusações
 574 genéricas, oblíquas e diretas, mas o nosso trabalho aqui é o item de pauta. Se as pessoas, os inscritos trazem assuntos
 575 que merecem ser discutidos, que poderiam virar uma condicionante ambiental, alguma coisa do tipo, nós vamos
 576 fazê-lo. Mas não está acontecendo. E eu tenho observado, presidente Yuri, que ao longo do tempo aparecem muitas
 577 intervenções indevidas aqui no Conselho, nos inscritos, e a nossa discussão, em vez de focar o nosso trabalho,
 578 importantíssimo, que é avaliar a viabilidade ambiental dos empreendimentos minerários, acaba sendo distorcido, o
 579 foco mudado para questões desligadas aqui do nosso trabalho. Então eu queria colocar isso dessa forma, reiterar
 580 que não há nenhuma ilegitimidade ou erro qualquer da Agência na atuação que eu venho fazendo aqui. E também
 581 foi colocado com relação à sua pessoa, presidente, coisas com as quais eu não concordo. Eu sou testemunha e faço
 582 aqui o registro público que durante esses anos eu tenho percebido seriedade na forma como o senhor conduz as
 583 reuniões e de forma alguma essas acusações vazias representam o seu trabalho. Por fim, quero registrar também,
 584 como servidor de carreira, servidor de Estado, da Agência, reconheço a importância de ter uma carreira estruturada,
 585 sólida, que dê aos servidores a capacidade de realizar o seu trabalho com dignidade, um ambiente saudável, uma
 586 remuneração compatível com as suas responsabilidades. E nesse sentido, se o Conselho entender que é pertinente,
 587 podemos fazer uma moção com dizeres simples apoio a reestruturação das carreiras e reconhecendo a
 588 importância do trabalho dos colegas, dos servidores que fazem e preparam esse relatório aqui, que nós sempre
 589 votamos com muita tranquilidade, pela qualidade técnica que ele contém e a clareza também. Então são esses os
 590 pontos, presidente. Se algum dos colegas quiser também comentar aqui ou reforçar alguma de minhas falas, eu peço
 591 que falem também." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço o apoio do Cícero à minha manifestação,
 592 também o apoio aos servidores, na possibilidade de ser realizada uma moção. Só lembrando que a moção é uma
 593 manifestação de apoio ou de pesar que é realizada pelo Conselho em prol de alguma função, e ela é dirigida à
 594 secretaria. Eu estou vendo aqui que a Renata Dutra ainda permanece aqui conosco. Renata, considerando a
 595 manifestação do Cícero, se você puder fazer um texto pequeno que poderia ser levado à moção, coloca no chat."
Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: "Esse texto já está em mãos, vamos compartilhar com vocês."
Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Coloca no chat. E aí o Cícero, caso entenda o texto pertinente, fica como
 597 sendo como proponente da moção, e posteriormente, ao final da reunião, nós colocamos em votação." **9) PROCESSO**
ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA DE OPERAÇÃO. **9.1)** Anglo American Minério de Ferro
 Brasil S/A. Implantação e operação de planta de filtragem de rejeitos, atividade não listada. Conceição do Mato
 Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG. PA Nº 00472/2007/016/2019. SEI Nº 1370.01.0016943/2021-67.
Classe 6. Apresentação: URA JEQ. Retorno de vista pelos conselheiros Heleno Maia Santos Marques do
 Nascimento, representante do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); Nathalia Luiza Fonseca Martins,
 representante do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg); Francisco de Assis Lafetá Couto,
 representante do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra); e Fernando Benício de Oliveira
 Paula, representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladora do Planeta. Adendo à Licença de Operação
 aprovado por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov,
 Ciemp, Sindiextra, Zeladora do Planeta e ANM. Ausências: Codemig, IHMBio e Dom Helder. Manifestações
registradas neste item de pauta antes da votação do processo. Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema:
 "Eu gostaria de agradecer a proposta do conselheiro da ANM, falar que é um importante movimento para nós a
 611 deliberação dessa moção. É só o começo, mas a moção em si já é um importante ponto para nós." Thomas Pedroso
Nemes/Representante do empreendedor: "Para quem não me conhece, sou Thomas Nemes, sou gerente de relações
 613 institucionais e governamentais da Anglo American. Eu queria falar um pouco sobre o contexto da Anglo American e
 614 também desse projeto. A Anglo American tem mais de 50 anos de história no Brasil. Nossa propósito é reimaginar a
 615 mineração para melhorar a vida das pessoas, e isso significa ir além da extração de recursos, é sobre gerar valor de
 616 forma responsável e sustentável. Nossa operação aqui em Minas Gerais, conhecida como Sistema Minas Rio, é
 617 localizada nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. E desde o início da operação, em 2014,

618 temos contribuído significativamente para o desenvolvimento da região. Conceição se tornou o quarto maior
619 exportador de minério de ferro no país e o primeiro em Minas Gerais. Entre 2014 e 2024, o município arrecadou
620 quase R\$ 3 bilhões em Cefem, se tornando hoje a terceira cidade que mais recolhe Cefem no país. E tem um
621 crescimento de PIB de mais de 1.400% nesse período, sendo agora o 16º PIB do Estado. Em termos de PIB per capita,
622 Conceição é o sexto maior do Brasil e o quarto maior do Estado atualmente. Ano passado, em 2024, alcançou uma
623 produção de 25 milhões de toneladas de minério de ferro com teor médio de 67%, que classifica como produto
624 premium. Esse alto teor contribui diretamente para a redução das emissões de CO₂ na cadeia produtiva, na
625 produção de aço. E hoje o Sistema Minas Rio gera aproximadamente 14.000 empregos diretos e indiretos, e as
626 pessoas de fato estão no centro do nosso negócio. Por isso, estamos empenhados em manter o ambiente
627 organizacional que preza pela segurança, valorize nossos empregados e promova o bem-estar das comunidades das
628 quais fazemos parte. Essa visão orienta todas as nossas decisões, desde como que mineramos até como que nós
629 relacionamos com os territórios onde atuamos. Dessa forma, desde o início da operação, já investimos quase R\$ 900
630 milhões em parcerias institucionais, incluindo infraestrutura, saúde, segurança pública, meio ambiente, programas
631 sociais e diversificação econômica. Utilizamos 100% de energia elétrica renovável, protegemos 22.000 ha de áreas
632 naturais. Especificamente o projeto da planta de filtragem, nasceu de uma condicionante em 2018. Essa
633 condicionante solicitava um estudo de alternativas que reduzissem ou eliminassem o uso de barragens para
634 disposição de rejeito. Estudamos várias alternativas, definindo a filtragem como principal solução para diminuir a
635 quantidade de rejeitos a serem enviados para a barragem. Isso trata-se de uma tecnologia moderna de filtragem a
636 vácuo, que separa a água da polpa de rejeitos, permitindo seu reaproveitamento no processo produtivo e reforçando
637 também a responsabilidade ambiental e o compromisso com a eficiência operacional na gestão hídrica. E com
638 investimento de R\$ 5 bilhões e início de operação previsto para ano que vem a planta evitará lançamento de 85%
639 dos rejeitos na barragem, eliminando também a necessidade de implantação de uma segunda barragem na Mina do
640 Sapo, conforme estava previsto nos estudos iniciais do Sistema Minas Rio. A planta está instalada em área já
641 licenciada, utilizará a pilha de estéril existente para disposição de material filtrado. E além disso a gente busca ir além,
642 buscando, estudando outras parcerias e formas de usar os produtos a partir dos rejeitos, buscando também avançar
643 na economia circular. Então nós estamos também desenvolvendo projetos voltados ao uso de bloquetes para
644 asfaltamento de vias municipais na região em que nós atuamos. A obra vai permitir contratação de cerca de 30% de
645 empregos na região, e uma vez em operação a planta prevê contratação de mais de 300 empregados, com
646 aproximadamente 70% compostos por trabalhadores locais. Esse é um projeto estratégico para a continuidade do
647 Minas Rio, e mais do que atender uma condicionante estamos adotando uma estratégia integrada para gestão de
648 rejeitos que reforça o nosso compromisso com mineração segura, eficiente e sustentável, que respeita o meio
649 ambiente e gere valor para as comunidades. Acreditamos que é possível minerar com responsabilidade, com
650 transparéncia e impacto positivo. O nosso time está aqui à disposição dos conselheiros e da presidência, caso alguém
651 tenha alguma necessidade de esclarecimentos.” Felipe Gomes/sociedade civil. “Nobre conselheiro Cícero, da ANM,
652 eu não estou falando não são denúncias vazias. Não sei se foi para mim que você falou. Em momento nenhum citei
653 o seu nome. Na verdade, a questão aqui, a ANM participa das duas operações, tanto da Parcours, que foi antes dessa,
654 em março, aonde nós tivemos busca e apreensão no Leandro, superintendente regional da ANM, e também no
655 Claudinei. E nesta operação foram alvo o diretor da ANM, Caio Mário Trivellato Seabra, o Guilherme Santana Lopes
656 Gomes e o Leandro César Ferreira também, se eu não me engano. Então não é coisa. Para você ter uma ideia do que
657 a gente está falando, as provas, estou lendo aqui uma reportagem intitulada, essa reportagem veio do ‘Observatório
658 da Mineração’, se eu não me engano: ‘Diretor da ANM, ex-chefe da PF e ex-deputado mineiro estão entre os alvos
659 da megaoperação que desmantela fraudes bilionárias no setor mineral em Minas Gerais’. ‘As provas reunidas
660 demonstram o uso intensivo de empresas de fachada e movimentação de dinheiro em espécie. Gilberto Horta...’ Isso
661 eu estou lendo da reportagem do ‘Observatório da Mineração’. ‘Gilberto Horta, apontado como articulador junto a
662 órgãos públicos, admitiu receber repasses regulares de R\$ 7.500 para pagamento de propina a servidores da ANM e
663 da SEMAD.’ Está aqui na reportagem. Então nós estamos trazendo fatos gravíssimos, gravíssimos. E a ANM, assim
664 como os demais, deveria também. Eu sei que você provavelmente não tem nada a ver com isso, nem sei se seu nome
665 está citado, se não está, mas o da instituição está. Então até que as investigações sejam conclusas deveria ser
666 suspenso. Eu estou aqui no meu direito constitucional, do artigo 225, de lutar pelo meio ambiente equilibrado para
667 as gerações atuais e futuras. Se você discorda, paciência, mas eu estou aqui exercendo esse meu direito. Nada pessoal
668 contra nenhum dos servidores aqui, mas é muito grave o que foi desbaratinado quarta-feira da semana passada.
669 Então reflete sobre isso também. Aí eu aproveito e queria questionar à Verônica Nascimento França se ela tem algum

670 parentesco com a Débora França, que foi alvo da operação. Não sei se tem. Eu estou perguntando se tem e gostaria
671 que me respondesse. Só porque, se tiver, com a Débora Maria Ramos Nascimento França, que era superintendente
672 do Iphan, que foi alvo da operação, se existir algum parentesco, acho que existe algum conflito de interesse, talvez,
673 não sei. Estou aqui questionando, perguntando de forma muito explícita. E o nobre conselheiro Cícero falou: 'Ah,
674 estão falando, não estão falando nada a ver com licenciamento'. No licenciamento ambiental, se avalia a questão de
675 anuência, da consulta livre, prévia e informada. Então eu pergunto aqui, nesse processo, as anuências todas foram
676 concedidas ou está se concedendo algo futuro, igual no caso da Fleurs, no caso da CSN? E pergunto se alguma das
677 pessoas desses órgãos, Iepha, Iphan, ANM, que estão citadas na operação assinaram, interviram, assinaram,
678 participaram, analisaram algum documento que compõe esse processo? Foi essa pergunta que eu fiz no outro, e não
679 me responderam. O servidor da ANM que está aí, que é conselheiro não sei quantos anos, não respondeu. Gostaria
680 de perguntar se essas pessoas, o Caio Mário Trivellato Seabra, o Guilherme Santana Lopes Gomes, Leandro César
681 Ferreira de Carvalho e o Claudinei, que eu esqueci o resto do nome dele, se por acaso, só para saber, só para deixar
682 registrado, se algum deles assinou qualquer documento que compõe esse processo de licenciamento ambiental e
683 também o processo mineral. Que para ter um processo ambiental você precisa ter um processo mineral. E segundo
684 a Polícia Federal, nesse esquema de corrupção sistêmica, inclusive, fala lá sobre uma mudança de uma Resolução da
685 ANM, da votação da NM, fala lá no valor de R\$ 2.700.000 de prêmio para mudança numa Resolução da ANM, que
686 veio a cabo, que ocorreu. Então eu estou perguntando, no meu dever de cidadão. É isso, obrigado, gostaria de ouvir
687 as respostas." Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: "Olá, presidente, senhores conselheiros. Eu
688 novamente. Primeiramente registrar que já incluímos no chat a proposta de moção. Então solicitamos que enquanto
689 no decorrer da reunião os senhores conselheiros já possam ir apreciando e fazendo alterações que julguem
690 incabíveis. Mais uma vez estamos aqui numa interferência civilizatória mediante essa reunião. E estamos aqui neste
691 item de pauta e vamos tentar utilizar dos pareceres de uma forma simbólica para traduzir parte dos pontos da pauta
692 que o nosso movimento está trabalhando. E aí, por exemplo, quando temos no contexto das atividades minerárias,
693 que é uma das tipologias mais complexas de análise técnica, enfim, e jurídica que tratamos nos nossos processos de
694 licenciamento ambiental, e aí de forma simbólica tem até esse parecer que traz dois códigos, que são, podemos dizer,
695 dos códigos mais temidos pelos analistas quando a gente vê códigos de pilhas de rejeito e estéril, códigos de
696 barragem de contenção de rejeitos ou de resíduos ou rejeitos da mineração. Então são códigos que naturalmente
697 vão trazer estudos complexos para a análise e consequentemente vão demandar uma equipe robusta,
698 interdisciplinar, para que possa elaborar um parecer da forma mais robusta possível. E aí, só de forma ilustrativa, por
699 exemplo, esse parecer, tem dois técnicos assinando. É um parecer de adendo, tem 36 páginas, pode ser que de fato
700 tenha sido uma matéria, um conteúdo tranquilo de ser trabalhado, para trazer para deliberação aqui nesta Câmara,
701 mas ao mesmo tempo pode ser que não. E aí nessa situação do pode ser que não, de repente, essas duas assinaturas
702 signifiquem muito daquilo que estamos trazendo aqui. Quando falamos sobre a questão da realização do concurso
703 público, ontem mesmo na Assembleia a secretaria admitiu o déficit de mais de 400 servidores no nosso quadro.
704 Então isso já está posto. Então reforça esse cenário, essa questão de um dos nossos pleitos. E ao mesmo tempo
705 também, traduzindo para os senhores conselheiros, porque nós queremos que vocês também sejam propulsores
706 dessa causa. Muito mais do que o meio ambiente, os servidores do meio ambiente estão em greve. Por que os
707 servidores do meio ambiente estão em greve? Então nós queremos que cada um dos conselheiros tenha muito claro
708 cada um desses pontos. E aí trazemos aqui outros dois pontos que dizem respeito a recomposição por perdas
709 inflacionárias. O próprio presidente Yuri está aí desde 2006 conosco na carreira, a gente teve desde 2012 apenas dois
710 reajustes, já acumulando 85% desse déficit. E aí estamos falando de recomposição por perda inflacionária. É algo que
711 a gente entenderia que não mereceria nem discussão. E aí um outro ponto também que é importante que vocês
712 conheçam, dessas 21 pautas, que hoje o salário do servidor, 70% dele são gratificações. A remuneração básica está
713 nos 30%, vamos dizer. E essas gratificações, os penduricalhos que a gente chama, um deles é o PMI, que é o Plano
714 de Metas e Indicadores, em que a gente recepciona esse valor por conta da nossa produtividade. Porém, o servidor
715 quando está usufruindo de férias, de afastamentos, de qualquer coisa, consultas, ele não recebe esse valor. Então
716 um dos nossos pleitos também é para que esses valores passem a ser recebidos durante esses períodos. Então é só
717 traduzindo para os senhores conselheiros, neste ato de sensibilização, um pouco dessa realidade. E ainda fazendo
718 uma ponte, interface com os pareceres aqui apresentados e o que a gente consegue trazer de leitura para vocês."

719 Daniel da Mota Neri/sociedade civil: "Deixa eu só esclarecer a fala com relação ao blefe, presidente Yuri, que você
720 acabou confirmando exatamente o que eu disse, que é, quando a pessoa está blefando, ela não muda o tom de voz.
721 Como você diz, 'nossa costumeiro', que desde 2008 está aí como servidor de carreira e tal. É isso mesmo. Quando o

trem aperta, o cara que blefa mantém a pose, ele não sua, ele não treme. E aí, infelizmente, eu tive que dar uma olhadinha aqui no seu LinkedIn, que desde 2008 você é o coordenador do núcleo jurídico que dá assessoria para as Supramps. E a gente teve, por exemplo, em 2018, a reunião que alterou a classe do Córrego do Feijão de 6 para 4, articulado pelo Sr. Rodrigo Ribas, responsável direto pelo massacre de 270 pessoas. Você estava coordenando o núcleo jurídico que dava assessoria para o COPAM, para as Supramps. Viu esse rebaixamento de classe absurdo que aconteceu no licenciamento do Córrego do Feijão e passou, passou bonitinho, impune. As pessoas foram destroçadas pela lama cerca de um mês depois daquela reunião fatídica. Eu de fato não acompanho muito as reuniões, mas eu estudo as reuniões, estudo profundamente. Sobre o colega da ANM, Cícero, está bom no blefe também, está bom, está seguro, defendendo o colega, defendendo a legalidade dos processos e a legitimidade. Vamos baixar a bola, galera. Vou ter que abrir mais mão da formalidade ainda. Vão baixar a bola, porque seus colegas estavam envolvidos em esquemas gravíssimos de corrupção. Então tem que ter um pouquinho de humildade, porque vai cair mais gente. O cara que era o presidente desta Câmara, o Breno Lasmar, no Córrego do Feijão, está preso. A Anglo American pairou aí de posada, como sempre. Que lindo, responsabilidade, sustentabilidade. Alteou a barragem, está alteando a barragem, violando a Lei Mar de Lama Nunca Mais, sob a supervisão desta Câmara, sob os aplausos desta Câmara, sob os votos complacentes desta Câmara. Então é preciso deixar registrado no YouTube, que grava esta reunião, ainda haverá desdobramentos dessa operação, e quem está aí sentado, tranquilo, esticando a corda cada vez mais vai cair. A sociedade civil está atenta e não vai deixar quem comandou esse esquema de corrupção dentro da SEMAD, dentro da ANM passar batido.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Daniel. Só para explicar, se o senhor está estudando os Conselhos, as reuniões, o senhor deveria estudar mais um pouquinho, inclusive, as minhas atribuições, que estão dispostos no Decreto 47.749, e as minhas atribuições aqui dentro do Conselho, que estão dispostas na Deliberação Normativa COPAM 247. Quando eu coloco no LinkedIn que sou assessor jurídico da Supram Norte – lá não está atualizado –, é da URA Norte. As disposições estão lá no decreto, as minhas atribuições. Quando eu faço presidência aqui, e aí eu falo para o senhor, eu faço assessoria ou presidência desde 2008. As minhas atribuições anteriormente estavam em outra deliberação e agora estão na Deliberação 247. E assim eu vou seguindo em relação à minha serenidade, ao meu tom de voz e a minha educação com o senhor e com os demais e vou seguir da mesma forma. Não irei me alterar porque eu me alterando aqui não acresce em nada a manifestação dos senhores ou daqueles que estão aqui e, principalmente, ao Conselho. Serei sereno, serei educado com o senhor e com os demais. E o senhor atenha, por favor, às minhas atribuições e aproveite para estudar mais um pouquinho em relação às atribuições que estão no decreto e ao Regimento Interno.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Este ponto de pauta traz uma situação em comum com o que vivenciamos em Congonhas, que é o avanço das pilhas. Na fala da Renata, eu percebi que tem algum item de pilha nesse processo. Pelo menos, salvo engano, da minha parte, eu entendi dessa maneira. E é muito interessante que nas reuniões passadas, duas, parece-me até na última, nós falamos disso, da questão da apresentação da ANM sobre pilhas. Então eu já trago o assunto ao Sr. Cícero. Senhor Cícero, essas manifestações nossas aqui são totalmente legítimas, isso aqui é um espaço que tem a obrigação de ser democrático. Então a condução do presidente está sendo muito escorreita, como sempre. Como sempre, nessa parte de condução de reuniões, eu sinceramente não tenho nada a reclamar. Pelo contrário, eu elogio a forma que está sendo conduzida. Só que a legitimidade desta reunião é questionável, como dissemos já nos outros itens. O Sr. Cícero poderia... A respeito do processo que está em análise, eu gostaria de trazer um dispositivo legal da Lei Federal 12.608, que já foi invocado aqui por nós em licenciamentos de pilha da CSN aqui em Congonhas, da própria pilha Fraile, que eu ainda vou falar dela um pouco mais em Assuntos Gerais. A 12.608, de 2012, que é a Política Nacional de Defesa Civil. Ela exige ao seu artigo 12B que anteceda a esse dispositivo, exige que deve ser apresentado, é condicionada à emissão de licença a apresentação de um plano de contingência. Então eu gostaria de saber do Sr. Cícero, se possível, se essa atribuição for da ANM ou não, inclusive, até dos próprios representantes da empresa, se entenderem por bem de informar, e dos servidores da FEAM, a respeito desse ponto em específico. É lógico que o servidor de greve talvez não possa fazer a manifestação. O servidor que estiver, infelizmente, preso, talvez também não possa. E aquele que estiver sem computador também. Às vezes a Polícia Federal levou algum computador desses que tenha algum dado desse processo, dessa coisa que eu estou perguntando, e de fato vai ficar mesmo impossibilitado de fazer a resposta. Mas então refazendo aqui, só para ficar mais alinhadinho, Política Nacional de Defesa Civil, Lei Federal 12.608, o que determina o artigo 12B. Foi cumprido para esse licenciamento? Porque está se pleiteando aqui emissão de licença. Então, como a lei é explícita, o dispositivo é claro em dizer que antecede, que é obrigação, antes da emissão da licença, essa apresentação do plano de contingência para empreendimentos que envolvem risco. No caso, pilha envolve risco, barragem envolve risco e outros mais. Estamos

vendo o que está acontecendo pelo mundo afora com as mudanças climáticas e tudo. Então fica a indagação para o Sr. Cícero, aliás, para a ANM, representada na pessoa do Sr. Cícero, para os representantes da empresa e para os servidores da FEAM que não estiverem de greve nem presos ou sem computador levado pela Polícia Federal." Sara Michelly Cruz/URA Jequitinhonha: "Bom dia, senhores conselheiros. Em relação ao processo, como vocês puderam ver, quem leu o adendo, as atividades que estão listadas na capa de pilha e de barragem dizem respeito ao processo ao qual o adendo está se relacionando. Não necessariamente este adendo está tratando de um processo de pilha. O processo de adendo é para uma atividade não listada, e o adendo é decorrente da informação do empreendedor da implantação da planta de rejeitos e da constatação que nós tivemos de que essa implantação traria um acréscimo de impactos ao empreendimento que não haviam sido avaliados. Por isso o adendo. Não é nenhuma atividade listada, e é devido ao incremento de impactos, conforme prevê o Decreto 47.383. Em relação aos riscos da pilha, na verdade, nós entendemos que é uma redução de riscos, porque está aumentando a vida útil da barragem existente ao fazer uma drenagem e a disposição de rejeito em pilha, não mais no barramento. E a área de pilha que vai ser utilizada é uma área de pilha já licenciada, então não está tendo uma nova intervenção ambiental para uma para disposição desse rejeito. Vai utilizar áreas de pilhas já licenciadas. Nós entendemos que, como se trata de um adendo, não é uma nova licença, não foi enquadrado na questão de novos licenciamentos, sem a remoção do pessoal que reside abaixo do barramento. Em relação aos processos do Iphan, quando do licenciamento inicial do empreendimento, ele obteve a autorização do Iphan, inclusive, ele realiza diversas ações decorrentes dessa autorização, que foi uma autorização com condicionantes do Iphan. E para esse processo, como se trata de um adendo, não de uma nova licença e não da exploração de novas áreas, não foi necessária a nova manifestação do Iphan para a área do adendo. O empreendimento já possui a autorização do Iphan." **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA.** **10.1) Viridis Mineração Ltda.** Lavra a céu aberto. Minerais metálicos, exceto minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção; Pilhas de rejeito/estéril; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Poços de Caldas/MG. PA/SLA Nº 634/2025. ANMs: 007.737/1959, 009.031/1966, 830.927/2016 e 830.113/2006. Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu estou retirando de pauta por solicitação da DGR, em função de documento acostado ao processo de forma superveniente, que merece ser analisado, inclusive, com a possibilidade de alteração do Parecer Único, o item 10.1... Então, conforme já justificado, o processo está sendo retirado de pauta e retornará posteriormente." **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PREVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - "AMPLIAÇÃO".** **11.1) Britagem Três Irmãos Ltda.** Usinas de produção de concreto asfáltico; Britamento de pedras para construção; Extração de rocha para produção de britas; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção. Uberlândia/MG. PA/SLA Nº 18241/2025. ANM 832.165/2001. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA TM. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemp, Sindieextra e ANM. Ausências: Codemig, Zeladoria do Planeta, IHMBio e Dom Helder. Manifestações registradas neste item de pauta antes da votação do processo. Felipe Gomes/sociedade civil. "Bom dia. É assim muito estranho não ter as respostas das perguntas, mas vamos lá, eu vou reforçar aqui as perguntas. Eu não sei se a Verônica Nascimento França respondeu, eu não ouvi. Ela tem algum parentesco com a Sra. Débora França, que é conselheira? Se ela tem algum parentesco com a Sra. Verônica Nascimento França. Só responder se tem ou não. Sobre este empreendimento, volto a perguntar: teve concessão de anuência de algum desses órgãos? ANM, eu gostaria de ouvir você. Alguns desses servidores que eu vou citar o nome aqui. Caio Mário Trivellato Seabra, Guilherme Santana Lopes Gomes, Leandro César Ferreira de Carvalho, Claudinei Cruz. Alguns desses servidores assinou algum documento que concedeu essa autorização? Se puder informar se teve ou não, acho que seria interessante a gente saber. Porque eu volto a dizer, é muito triste isso que a gente está vendo aqui em Minas Gerais. Muito, muito, muito triste. E reforço aqui. A Zeladoria do Planeta. Eu queria ler uma matéria, saiu agora no 'Observatório da Mineração': 'ONG citada na Operação Rejeito pagou o estudo que reduziu mais de 50% da APA, área de preservação ambiental, no Jequitinhonha, favorecendo mineradoras de lítio. A Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta, organização social que representa a sociedade civil no COPAM, pagou R\$ 8.000 nesse estudo.' Aí eu gostaria de perguntar à Zeladoria do Planeta e à FEAM se na medida

826 judicial que determinou o afastamento do Fernando Benício citava era somente o CPF dele, não tinha nada a ver com
827 a Zeladoria. Só queria pedir que confirmassem isso, até para ser respondido aqui. Mas é isso, pessoal, eu fico... É que
828 eu estou muito chocado desde tudo que aconteceu e ver esse ar de assim continuar tocando a vida como se isso não
829 fosse uma coisa gravíssima. A Polícia Federal foi lá dentro da Cidade Administrativa, recolheu computadores,
830 recolheu celulares, recolheu processos. E vou aproveitar aqui como ex-servidor da SEMAD, inclusive, passei no
831 mesmo concurso que a atual secretaria, deixar aqui todo o meu apoio aos servidores, aos servidores do Sisema que
832 estão de greve há 26 dias, que é uma carreira que está com 80% de defasagem. Pelo que a secretaria falou, são 400,
833 acho que 450 vagas em defasagem. E o governador, que dá aumento de 300% para si mesmo, fala que por
834 responsabilidade fiscal não pode fazer concurso, não pode dar aumento. Teve uma fala de um servidor que me falou
835 que ele demorou não sei quantos anos para receber uma calça para ir fazer fiscalização e uma bota e que rasgou. Eu
836 fiquei lembrando, eu enquanto servidor, que fui nesse concurso de 2006, entrei na SEMAD como estagiário, depois
837 fui bolsista. Lá era pela Fundep que a gente era contratado. Depois fui servidor de carreira, SEMAD, FEAM. Nunca
838 tive uniforme, nunca recebi bota. Andava num 'Uninho', fui e fiz a implantação das Supramps. Eu queria deixar aqui
839 uma lembrança de nosso amigo Augusto Lio Horta, que cometeu autoextermínio. E conhecendo bem o quanto eu
840 conheço, conhecia Augusto, tenho certeza que muito do que levou ele a cometer o que fez tem a ver com isso que
841 está sendo desbaratinado pela Polícia Federal." Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: "Vamos continuar
842 exercendo o nosso dever cívico... Volto ao ponto que o Sr. José Antônio falou da integridade. Questionamos
843 inteiramente a integridade desta reunião, a validade e pedimos, insistimos em pedir aos senhores conselheiros que
844 no ponto que está, se ainda tiver jeito de voltar atrás, parar, tirar esses processos de pauta. Alguns já foram votados.
845 Mas está acontecendo aqui uma coisa muito estranha mesmo, de fato, porque, se está sob investigação o próprio
846 funcionamento, a própria condição de inocência de vários e importantes atores, não só os servidores de carreira,
847 mas também parece-me que os que se envolveram, os que foram presos mesmo, que a Polícia Federal fez a busca e
848 apreensão, ao que consta foram esses nomeados, esses comissionados, uma grande parte, pelo que a gente soube.
849 Eu não sei falar aqui em detalhe. Então essa questão de a reunião estar prosseguindo, de a reunião estar sendo
850 realizada está nos preocupando. E a exemplo do que foi dito também pelo Felipe, enquanto membro da sociedade
851 civil, como um cidadão, eu presto meu apoio, a minha solidariedade ao quadro de servidores da FEAM, do Sistema
852 Estadual de Meio Ambiente. Porque quando a gente dependeu de lidar com as pessoas geralmente operacionais e
853 tudo aí, aqui mesmo nas reuniões, quando eu acabei de me referir ao senhor presidente, e outros mais, a gente tem
854 sido muito bem atendidos, em sermos ouvidos e tudo. Porém, na hora das decisões, na hora de os sistemas
855 funcionarem... A gente não está fulanizando, não está trazendo isso para pessoas, isso nasce até mesmo em
856 alterações legislativas, em decretos. O que piorou, o que em termos de efetividade o presidente é um estudioso da
857 participação popular nos processos de licenciamento ambiental. E por coincidência, senhor presidente, a minha
858 modesta tese monográfica quando formei em direito também foi exatamente o mesmo tema, só que em outro
859 tempo, lá em 2010. A gente tentando entender como é que funcionava a participação popular nos processos de
860 licenciamento. E comecei a fazê-lo lá no bairro Pires, que hoje é um dos mais prejudicados pela mineração talvez no
861 mundo. Parece uma zona de guerra, uma coisa louca, com CSN de um lado, Vale do outro, Gerdau do outro e Ferro+
862 do outro. E todo mundo expandindo e todo mundo fazendo mineroduto e fazendo estrada e fazendo ampliação de
863 mina e fazendo cava e fazendo pilha. E as pessoas de lá tendo sua voz cerceada em reunião, como o senhor presidente
864 teve a ingrata oportunidade de presenciar e coibir. Eu vi o seu posicionamento na reunião, mas de representantes
865 ligados à Fiemg de atravessarem falas, uma pessoa vestida com prosperidade, desenvolvimento sustentável, uma
866 roupa amarela. Até prefiro não falar o nome da pessoa, porque a Fiemg foi instada a se manifestar sobre aquele
867 assunto daquela reunião, daquela audiência, nós falamos dela ontem na Assembleia Legislativa; a Fiemg, instada a
868 falar sobre aquilo, falou que para ela é normal. Falou, não, escreveu no e-mail. Nós apresentamos isso ontem na
869 Assembleia Legislativa. Então, senhor presidente, a gente tem muito que evoluir ainda enquanto sociedade nessa
870 exigência legal que é a participação popular dos processos de licenciamento ambiental ser efetiva. É isso que a gente
871 está tentando fazer aqui." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação do Sr. Sandoval. Eu
872 peço licença só para me alongar um pouquinho. Como o Sr. Sandoval falou, o tema da minha dissertação do mestrado
873 – defendi agora em agosto, 15 de agosto do corrente ano – é a participação popular nos processos de licenciamento
874 ambiental. Vou ver se um momento posterior, Sr. Sandoval, eu trago os resultados dessa dissertação. Ela teve a
875 participação dos servidores públicos e aqui de parte dos conselheiros. Então vou ver, depois, já que o senhor gosta
876 desse tema, eu vou mandar a monografia, digo, a dissertação. Já está corrigida, já pronta para depósito no repertório
877 da Ufop. E eu até chamo atenção, no primeiro artigo, eu levanto todas as hipóteses de participação popular na esfera

878 administrativa, legislativa e judicial. Eu posso falar isso porque eu pesquisei muito, não se acha nesse quadro igual
879 em nenhum outro livro. Então quem quiser ter o passo a passo de como está fazendo jus a participação popular, seja
880 no Legislativo, seja no Judiciário e seja no Administrativo, é só pegar o primeiro capítulo da minha dissertação, que
881 está descrito o que tem que fazer, qual é a previsão legal e quais são os instrumentos para cada item. Eu vou fazer
882 uma apresentação, posteriormente, nesta Câmara e na CNR, quando houver oportunidade... Abro a palavra ao
883 Conselho. Alguma ponderação, manifestação? Sem manifestações. Passo a palavra à URA Triângulo de Minas. Tem
884 algum destaque? Sem destaque.” **12) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA DE**
885 **OPERAÇÃO.** **12.1) Sandra Mineração Ltda.** Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais
886 e de revestimento; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos
887 minerários. Prudente de Moraes/MG. PA/SLA Nº 2112/2023. ANM: 814.029/1968. Classe 4 (Conforme Lei nº
888 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA CM. Adendo à Licença de Operação aprovado por
889 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindietra
890 e ANM. Ausências: Codemig, Zeladoria do Planeta, IHMBio e Dom Helder. Manifestações registradas neste item de
891 pauta antes da votação do processo. Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: “Senhor presidente, senhores
892 conselheiros, mais uma intervenção de ordem civilizatória. E aqui nós temos o parecer da Sandra Mineração,
893 localizada no território de Prudente de Moraes. Enfim, nós estamos distribuídos em regionais no Estado, as nossas
894 Unidades de Regularização. Então a grande maioria dos empreendimentos e dos processos com que lidamos e
895 analisamos demanda deslocamento, através dos nossos atos fiscalizatórios, realizações de vistoria. E uma vez que o
896 servidor de meio ambiente se desloca até o local ele precisa de um veículo para se deslocar até o local, precisa que
897 seja recebida uma diária para que ele tenha condições de pernoitar nesse local, a depender do tempo e da demanda
898 de trabalho. E a depender ele é exposto a atividades de risco ao desenvolver essas atividades. E eu digo isso por quê?
899 Porque nesta simples fala aqui eu já consegui trazer uma abordagem de três pontos, dos 21 que estão na nossa pauta
900 de greve. Um deles que é a questão da frota do Sisema acobertada por seguro. Muitas das vezes a gente se desloca
901 para esses locais numa frota que não está acobertada por seguro, o servidor responde por tudo que ocorrer. Eu citei
902 aqui também a questão das diárias, porque às vezes o servidor tira do bolso para poder conseguir complementar a
903 diária para poder estar no local, ainda que o decreto distinga o que é município especial, o que não é. Mas a gente
904 também já está com uma defasagem na casa de uns 15%, exceto referente a esses valores. E aí eu falo também da
905 questão de exposição a atividade de risco, porque nós temos como item de pauta também a questão de adicional
906 por insalubridade, periculosidade e penosidade, que hoje é realidade zero no Sisema. E como já exposto por outros
907 colegas, ainda nesse cenário de fiscalização e desse quadro de a grande maioria da remuneração ser por gratificação,
908 existe também uma gratificação por atividade de fiscalização. E essa gratificação, nós estamos no ano de 2025, ela
909 se encontra no mesmo valor que foi pago em 2014. O mesmo valor de 2014 é o que se mantém no ano de 2025.
910 Então a gente também traz mais essa questão da correção desses valores. Então estou aqui traduzindo para vocês
911 mais uma vez, sensibilizando e trazendo transparência a esse movimento grevista para todo este Conselho. Agradeço
912 a atenção.” Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: “Eu queria só destacar os pontos colocados pela
913 Renata novamente, da importância dos servidores e da importância do estabelecimento de uma mesa de negociação
914 para os 21 itens da nossa greve.” Felipe Gomes/sociedade civil. “Eu queria fazer um questionamento. Não me
915 respondem, mas a gente vai questionando para depois não dizer nada. Eu volto a reforçar, Verônica Nascimento
916 França e Débora França têm algum relacionamento de parentesco? A conselheira com essa pessoa lá. Podia
917 responder sim ou não. Porque se não responde a impressão que dá é que é. E se é me preocupa estar votando aqui
918 processos. Bom, paciência. Na decisão judicial da Operação Rejeito, de 11/9/2025, 380003386320, determinou com
919 fulcro no artigo 319-4 do CPP, no artigo 17D da Lei 9.613/98, afastamento da função pública de Fernando Baliani,
920 FEAM; Breno Esteves Lasmar, IEF; Fernando Benício Oliveira Paula, COPAM. ‘Conforme fundamentos expostos,
921 ressalta-se...’ Está aqui escrito assim: ‘Ressalta-se a proibição de acessarem as instalações físicas dos órgãos em quem
922 trabalhavam, bem como seus sistemas informatizados.’ Esse sistema informatizado que o Fernando Benício falou no
923 início desta reunião pode ser entendido como COPAM, como um sistema informatizado do COPAM. Se este sistema
924 informatizado do COPAM é um sistema informatizado do COPAM ou da FEAM ou do IEF... É no caso do COPAM, não
925 é? Eu entendo que o Fernando Benício não poderia ter acessado. Se isso aconteceu, aí eu queria que fosse feito pela
926 assessoria jurídica da executiva do COPAM aqui se não teve um descumprimento disso, de permitir que o Fernando
927 Benício acessasse esta reunião. É um questionamento. E se tiver ocorrido eu gostaria de dizer então que esta reunião
928 pode ter sido maculada. Não? Inclusive essas decisões? E aí eu chamo aqui novamente os conselheiros, gente, a coisa
929 da investigação, os 79 mandados de busca e apreensão. Inclusive, a pessoa que falou aqui, o Fernando Benício, ele

930 está dentro daquela busca e apreensão totalizando R\$ 1,43 bilhão. Ele é alvo disso. Ele falou aqui nesta reunião. Aí
931 eu pergunto. Se quiserem eu mando aqui, mas é a página 90 de 104 da Representação Criminal 6325374-
932 44.2025.4.063800. ‘Ressalta-se’, entre aspas: ‘Ressalta-se a proibição de acessarem as instalações físicas dos órgãos
933 em que trabalhavam, bem como seus sistemas informatizados.’ Esta licença que usa para fazer esse Zoom, ela foi
934 adquirida por esses órgãos? Porque fica aqui um limbo jurídico. E se estiver em contradição eu peço que seja avaliado
935 pela presidência a pertinência de se... Não, não pode retirar da ata, não, desculpa, não peço isso não, porque isso,
936 inclusive, vai configurar como eventual comprovação de que falou aqui. É muito grave, gente, tudo isso que está
937 acontecendo. E não são acusações infundadas, como disse o servidor da ANM. E por mais que eu sei que ele não vai
938 me responder eu vou perguntar novamente ao servidor da ANN: por um acaso... Caio Mário Trivellato. Vamos buscar
939 aqui nessa mesma decisão judicial... Mas eu pergunto: teve anuência do Iphan, do lepha no âmbito desse processo?
940 Teve consulta livre, prévia e informada? Os servidores Caio Mário Trivellato Seabra, Guilherme Santana Lopes Gomes,
941 Leandro César Ferreira de Carvalho e Claudinei da Cruz, algum deles assinou algum documento relacionado a esse
942 processo? Os servidores do lepha e do Iphan atuaram de alguma forma? Rodrigo Franco, Breno Esteves Lasmar,
943 Baliani, Vítor Salum. Algum deles participou de alguma reunião, assinou algum documento, teve qualquer influência
944 em algum desses processos, neste processo de alguma forma? E reforço aqui, secretária Marília, que, assim como o
945 Fernando Benício, defendeu as investigações, se afaste, deixe as investigações correrem, até para mostrar que você
946 não tem nada, que você era uma vítima, como você disse. Você foi ameaçada por essa organização criminosa.
947 Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Só responder um questionamento
948 em relação à participação do Sr. Fernando no item da votação da ata. Entendo que, eu sempre prezo pela participação
949 popular em todos os processos. Como disse, é tema da minha dissertação de mestrado. Eu entendo que a
950 participação dele no momento da votação da ata não macula os processos que foram julgados. Uma vez que ele foi
951 afastado como conselheiro, ele não agiu como conselheiro e sim como inscrito. E se houver alguma penalidade aí
952 sim o juiz vai determinar que isso se faça a ele, que desobedeceu a uma ordem, algo nesse sentido, a uma
953 determinação judicial. Mas respondendo à pergunta do senhor eu entendo que aquela participação, no momento
954 que foi da votação da ata, não macula o julgamento dos processos que vieram posteriormente.” Sandoval de Souza
955 Pinto Filho/sociedade civil: “Agora sim boa tarde a todos os conselheiros, ao senhor presidente, a todos que estão
956 assistindo esta reunião. Novamente, a gente precisa de falar um pouco aqui da efetividade da política ambiental em
957 Minas Gerais, e ela que está sendo questionada nesses processos. Então o processo que está sendo julgado neste
958 momento, o processo que está sendo tratado aqui agora nesse ponto de pauta está inserido num contexto que inclui
959 Minas Gerais inteira. O que está sendo questionado é a possibilidade, a validade, a legitimidade do funcionamento,
960 da continuidade do funcionamento desta reunião da CMI. Então reforço novamente o que disse o Sr. José Antônio,
961 há suspeitas de integridade. Ele não diz que há suspeita, ele diz que pode haver, por menor que seja, alguma
962 possibilidade de vício de integridade. Então, diante disso, a gente insiste em que a validade desta reunião seja
963 discutida, seja questionada internamente pela alta administração da Secretaria Estadual de Meio Ambiente,
964 notadamente pela secretária Marília, que se manifestasse a respeito. Num momento oportuno que ela entender por
965 bem, viesse a público falar o porquê de estar sendo realizada esta reunião. O Felipe falou agora da participação inicial
966 do conselheiro, ex-conselheiro, não sei, afastado, o conselheiro afastado, Sr. Fernando Benício. No início da reunião,
967 o senhor presidente permitiu a fala, como não interrompeu ninguém até agora, também não vi interromper ninguém.
968 Ótimo. Porque ele falou fora do ponto de pauta, colocou posições dele a respeito do processo e tudo. Isso é questão
969 dele mesmo, e ele que sabe para lá. Mas as consequências da continuidade dessas votações perante um processo
970 investigativo que está ocorrendo, é uma coisa muito estranha porque a própria entidade em que ele cumpria o papel
971 de conselheiro aqui neste Conselho, ela se faz representar e está votando nos processos, está devolvendo pareceres
972 em alguns casos, outros não, se deu por suspeita. Então, sinceramente, senhor presidente, senhores conselheiros,
973 de fato, a gente insiste de que está muito estranho... Essa continuidade. Está muito estranho. E eu vou aproveitar
974 este momento aqui agora. O Felipe falou o nome dos implicados da ANM na operação. Eu vou falar dois nomes aqui
975 de pessoas, se não me engano são diretores. Deixar bem claro, não estão implicados na operação da PF, não estão.
976 Essas pessoas, o que eu vou falar delas? Elas se reuniram com a população de Santa Quitéria virtualmente, a pedido
977 dos mandatos da deputada Célia Xaciabá e da Duda Salabert, um dia depois da injusta imissão de posse feita na casa
978 do Sr. João Batista, em Santa Quitéria. Que era tirar sitiante para colocar pilha. Sem licenciamento ambiental. Um
979 processo que foi revertido, graças a Deus, na Justiça Federal, porque não houve consulta livre, prévia e informada à
980 comunidade, sequer licenciamento ambiental tinha sido instaurado. Então o nome desses dois servidores da ANM,
981 Sr. Cícero, eu vou citar aqui. Reforço, não como implicados na operação da Polícia Federal, mas como participantes

982 – e foram até muito atenciosos, por sinal – com a população de Santa Quitéria na questão da pilha Maranhão Sul 1,
 983 que é objeto de apenas um decreto de desapropriação do governador Zema, em julho de 2024. Está me faltando o
 984 número, 496. O Sr. Tasso Mendonça Júnior e o Sr. Roger Romão Cabral. Se o Sr. Cícero se dispuser a fazer contato
 985 com essas pessoas, a via talvez não seja nem muito adequada a essa, mas, como nós estamos discutindo questões
 986 de pilhas, questões de licenciamento, de direitos minerários, essas pessoas, Sr. Tasso Mendonça Júnior e o Sr. Roger
 987 Romão Cabral, estão bastante informados a respeito dessa implantação de pilha em Santa Quitéria pela Companhia
 988 Siderúrgica Nacional, esse intento de implantação de pilha, sem licenciamento ambiental e somente com um decreto
 989 desapropriatório. O assunto está sendo tratado na Justiça federal. Fica o pedido para o Sr. Cícero, se dispuser a fazer
 990 isso. E quanto ao processo esse processo está em discussão, a exemplo dos outros, entendemos que esta reunião
 991 não deveria estar acontecendo. Muito obrigado.” Isabel Pires Mascarenhas Ribeiro de Oliveira/URA Central
992 Metropolitana: “Boa tarde a todos. Boa tarde, Yuri. Cumprimento aos conselheiros, aos manifestantes. Respondendo

993 os pontos que nos cabem, o Iphan e o lepha se manifestaram positivamente na etapa de LP+LI deste processo. A
 994 gente está aqui agora tratando de um adendo a LO. Se manifestaram, inclusive, positivamente. Não houve CLPI, uma
 995 vez que também no parecer e nos processos relacionados foi declarado que não haviam impactos em comunidades
 996 quilombolas ou terras indígenas. Com relação à autoria do parecer, esse é um adendo, o parecer foi elaborado pelas
 997 servidoras Lorenzza França, Luísa Fonseca, Isabel Oliveira e Giovana Baroni. São servidoras que estão listadas na capa
 998 do parecer desse adendo à LO. E ele então se associa à LO parcial, que foi deliberada neste COPAM. Então acho que
 999 eram esses os pontos que a gente precisava de esclarecer.” **12.2) Bemisa Holding S/A. Lavra a céu aberto de minério**
1000 de ferro; Unidade de tratamento de minerais (UTM), com tratamento a úmido; Pilhas de rejeito/estéril; Estradas
1001 para transporte de minério/estéril; Ponto de abastecimento de combustíveis. Antônio Dias/MG. PA Nº
1002 18432/2011/003/2018. SEI Nº 1370.01.0012834/2021-42. ANM: 832.216/2002. Classe 6. Apresentação URA LM.
 1003 Adendo à Licença de Operação aprovado por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg,
 1004 Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemp, Sindixtra e ANM. Ausências: Codemig, Zeladoria do Planeta, IHMBio e Dom
 1005 Helder. Manifestações registradas neste item de pauta antes da votação do processo. Felipe Gomes/sociedade civil.
 1006 “Primeiro o seguinte, eu quero reforçar aqui a minha pergunta. Eu quero fazer uma pergunta. A conselheira é a
 1007 Verônica, não é? Verônica, o seu nome completo é Verônica Maria Ramos do Nascimento França? Eu gostaria que
 1008 você respondesse isso, se o seu nome completo é esse. Por quê? A pessoa que era do Iphan e que foi alvo da
 1009 Operação Rejeito chama Débora Maria Ramos do Nascimento França. Vocês são irmãs? Vocês são irmãs? Eu estou
 1010 curioso para saber. E aí, no processo anterior, a nobre colega do Sisema pirou e falou: ‘O Iphan e o lepha se
 1011 manifestaram’. Aí eu pergunto: nessa manifestação que foi dada... Porque, gente, essa organização criminosa não
 1012 nasceu ontem, não. Há quantos anos? Lembrar que todo esse embrolho começou a ser desmantelado, essa
 1013 corrupção sistêmica começou a ser desmantelado, essa corrupção sistêmica começou a ser desmantelada lá na
 1014 Operação Poeira Vermelha, que, inclusive, essa a SEMAD depois também apreendeu o caminhão, teve gente,
 1015 servidores que prenderam caminhão dessa organização criminosa. Então, se eu não me engano, a Operação Poeira
 1016 Vermelha é de 2020. Então nós estamos falando aqui de cinco aninhos, isso de investigação policial. Então é muito,
 1017 muito, muito grave. E quando o nobre colega fala ‘acusação leviana’, não é, gente. Olha só, Arthur Ferreira Rezende
 1018 Delfim, FEAM, está entre; Breno Esteves Lasmar está entre; Caio Mário Trivellato Seabra Filho. Esse primeiro, FEAM,
 1019 depois IEF, agora ANM. Danilo Vieira Júnior, que foi Supram Zona da Mata, se eu não me engano, não sei se esteve
 1020 na FEAM. Débora Maria Ramos do Nascimento França, lepha. lepha ou Iphan, agora estou na dúvida. Fernando
 1021 Baliani Silva, que foi demitido em julho ou junho, se eu não me engano, depois recontratado em agosto, depois foi
 1022 demitido novamente por conta... Parece que ele não chegou a assumir, mas a AGE já tinha cancelado a demissão
 1023 dele. Parece que o burburinho ali não foi muito forte. Quem mais? Fernando Benício de Oliveira, que falou nesta
 1024 reunião; Gilberto Henrique Horta de Carvalho, chegou a ser cotado para virar superintendente da Supram Central.
 1025 Quem falou isso é a Polícia Federal. Guilherme Santana Lopes Gomes, ANM. Isso aqui são os nomes que constam lá
 1026 na decisão da Operação Rejeito. Gustavo Rezende Calcavari, que é o advogado. Hélder Adriano de Freitas, líder da
 1027 orcrim, que está lá no presídio de segurança máxima. Jaime Eduardo Fonseca, Jamis Prado de Oliveira, João Alberto
 1028 Paixão Lages, líder da organização criminosa, está lá na prisão de segurança máxima. José Newton Kury de Oliveira
 1029 Coelho. Leandro César Ferreira de Carvalho, ANM. Leandro era superintendente de Minas Gerais, da ANM, não era
 1030 pouca coisa, não era um baixo escalão. Assim como o da FEAM, Rodrigo Franco, foi presidente. Eu ia continuar lendo
 1031 os nomes, mas é longo demais. Aí eu quero perguntar: teve consulta livre, prévia e informada a comunidade
 1032 quilombola? Teve algum impacto em comunidade quilombola ou em povos tradicionais? Teve anuência? Se teve
 1033 anuência lepha e Iphan, essas anuências foram por algum desses servidores que estão envolvidos, em especial a

1034 Débora Maria Ramos Nascimento França e o diretor do lepha; o secretário que também foi demitido, ninguém sabe
 1035 o motivo, mas foi próximo. A Zeladoria do Planeta fez visita no local, não fez? Ainda bem que a Zeladoria do Planeta
 1036 saiu fora da reunião, tiveram um pouco de hombridade. Deixo aqui meu total apoio aos servidores. E mais uma vez,
 1037 Marília, secretária de Estado de Meio Ambiente, se é vítima dessa organização criminosa, como fala, abra mão do
 1038 cargo para que as investigações corram sem nenhum risco de qualquer coisa. A senhora, na condição de secretária,
 1039 que estava todo mundo ali sob as ordens da senhora, saia do cargo para que as investigações corram. E depois,
 1040 quando se comprovar sua inocência, a senhora volta, sem problema algum, por cima, inclusive.” Sandoval de Souza
Pinto Filho/sociedade civil: “Boa tarde, novamente. Insistindo na tese de que esta reunião não deveria estar
 1041 acontecendo, eu vou retornar um ponto prático dos nossos questionamentos a respeito desse processo em si. É que
 1042 se ele implica em risco. Essa pergunta é objetiva, uma pergunta objetiva. Se esse processo implica em risco que possa
 1043 atrair a obrigação de cumprir o dispositivo 12B, o artigo 12B da Lei Federal 12.608, de 2012, Política Nacional de
 1044 Defesa Civil. Eu vou abreviar minha fala agora, vai ser só isso mesmo, só essa pergunta objetiva, e o tempo que eu ia
 1045 usar aqui já fica para resposta. Muito obrigado.” Carlos Augusto Fiorio Zanon/URA Leste de Minas: “Carlos Zanon,
 1046 coordenador de Análise Técnica, da URA Leste. Trata-se de um adendo de uma área, de uma pilha já licenciada lá nos
 1047 idos de 2018. Dando sequenciamento na operação dessa pilha, a empresa viu a necessidade de realização de nova
 1048 intervenção ambiental. Intervenção essa de supressão de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, Floresta
 1049 Estacional Semidecidual em estágio inicial de regeneração. Importante registrar isso. Sendo estágio médio, deveria
 1050 ter sido obtida uma nova licença e não expediente de adendo. Não se trata de ampliação de atividade previamente
 1051 licenciada, porque justamente a atividade de pilha tem seu parâmetro como área útil. Então todo e qualquer
 1052 incremento de área licenciada deveria ser precedido de novo licenciamento. Então trata-se do sequenciamento de
 1053 uma área de pilha licenciada que o empreendedor viu a necessidade de realizar novo desmate. Sendo fase de adendo,
 1054 como alguns colegas de outras URAs comentaram, algumas fases já restaram superadas, já é uma área já licenciada,
 1055 cujo objetivo foi única e exclusivamente autorizar nova intervenção ambiental, estabelecer as devidas condicionantes
 1056 e compensações necessárias específicas a esse adento.” **13) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
1057 INCLUSÃO DE CONDICIONANTE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. **13.1)** Romagran Romualdo Granitos Ltda.
1058 Lavra a céu aberto. Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de
1059 revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Canalização e/ou retificação de curso d'água. Jequeri
1060 e Pedra do Anta/MG. PA/SLA Nº 1865/2023. SEI Nº 2090.01.0006277/2025-42. ANM: 833.682/2007. AIA Nº
1061 1370.01.0032520/2023-74. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA
1062 ZM. Inclusão de condicionante aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg,
 1063 Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemp, Sindixtra e ANM. Ausências: Codemig, Zeladoria do Planeta, IHMBio e Dom
 1064 Helder. Manifestações registradas neste item de pauta antes da votação do processo. Felipe Gomes/sociedade civil.
 1065 “Eu vou perguntar novamente, porque eu acho muito surreal isso. Deixa eu pegar o nome aqui certinho. Primeiro,
 1066 se a conselheira chama Verônica Maria Ramos Nascimento França e se ela é irmã de Débora. Ou irmã ou tia ou avó,
 1067 se tem algum parentesco com Débora Maria Ramos Nascimento França. Eu comecei a pesquisar aqui nos arquivos
 1068 do processo. Para vocês terem uma ideia, em dois documentos que eu olhei, em um o nome da Débora é citado 106
 1069 vezes e no outro 35 vezes. E assim, os prints, as conversas, tem muita coisa. Então, pessoal, eu volto a frisar, nobre
 1070 presidente Yuri, por mais que você fale que quem cometeu o equívoco, se tiver cometido, foi o Fernando Benício,
 1071 por ter falado nesta reunião, descumprindo a ordem judicial, isso macula, sim. Inclusive, sim, consultei aqui alguns
 1072 advogados, pessoal da Controladoria-Geral do Estado e tudo mais, e vários foram categóricos em falar que, se tiver
 1073 isso, há grande possibilidade. Aí eu volto a perguntar, pergunto lá ao nobre conselheiro Cícero Miranda, da ANM, se
 1074 ele sabe dizer se Caio Mário Trivellato Seabra, Guilherme Santana Lopes Gomes, Leandro César Ferreira de Carvalho
 1075 e Claudinei Cruz, se algum deles atuou em qualquer ato relacionado a esses processos. Pergunto aqui à FEAM, ao
 1076 nobre presidente Yuri, se Breno Esteves Lasmar, Arthur Ferreira Rezende Delfim, Danilo Vieira Júnior, Baliani, Vítor
 1077 Reis Salum Tavares, se algum deles teve qualquer incidência sobre esse processo, seja em qualquer fase. Porque se
 1078 vocês contrataram uma auditoria eu tenho certeza que isso é algo, a secretaria e tal, e o próprio governador, falou
 1079 isso, que ia revisar todos os processos. Então, se vocês estão pondo esses processos em pauta, quer dizer que vocês
 1080 têm certeza. Eu vou fazer uma pergunta objetiva, então, por favor, me responda, presidente, para a legalidade desta
 1081 reunião. Foi verificado se em toda a cadeia do licenciamento deste processo esses que estão alvo da Operação Rejeito
 1082 emitiram qualquer documento, tiveram qualquer participação? Foi feita essa conferência, vocês conseguem afirmar
 1083 categoricamente? A pergunta à ANM também. Categoricamente que nenhum desses emitiu nada relacionado a esse
 1084 empreendimento especificamente. A FEAM, ao presidente Yuri, pergunto no âmbito do Sisema, IGAM, FEAM, IEF. E

1086 ao nobre colega da ANM lá no processo de regularização. E aí pergunto: vocês conferiram se os colegas do Iphan e
1087 do lepha participaram em qualquer ato, se tiver tido anuênci, em qualquer fase desse empreendimento? Não agora.
1088 Porque assim, se teve anuênci no que deu origem a esse aqui, e foi uma dessas pessoas que emitiu, esse processo
1089 tem que baixar em diligênci para conferir. E se não souber responder, presidente, que baixe em diligênci para
1090 responder isso. O processo, para ser pautado, vocês têm que ter seguranç, senão vocês estão colocando todos os
1091 conselheiros numa sinuca de bico muito complicada. Porque o seguinte, vocês já colocaram, quando colocou para
1092 votar, por exemplo, a Licença de Operação da Fleurs, que nem podia operar, e vocês tiveram que depois ir lá fechar
1093 o empreendimento, que eles estavam operando. Espero que vão lá na CSN. Já fiz a denúnci, viu, presidente?
1094 Denúnci já foi feita à FEAM, pelo link que você me mandou. Por favor, deem a devida celeridade, porque o caso é
1095 grave, está tendo desmatamento, poeira. Então, presidente, suspenda esta reunião, presidente, não vá até o fim com
1096 isso. Conselheiros, peçam vista dos processos, parem esta reunião. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
1097 Trovão: “Mais uma vez, só esclarecer para o Sr. Felipe, para aqueles que acompanham a nossa reunião. A minha
1098 atribuiçõ como presidente aqui da sessão é dar encaminhamento à reunião nos moldes que são estabelecidos na
1099 Deliberação Normativa COPAM 247 e no Decreto 46.953. Eu não tenho as informações, Sr. Felipe, específicas sobre
1100 processo, sobre andamento de processos anteriores. Não é minha atribuiçõ. O senhor está dirigindo o
1101 questionamento à pessoa errada. A minha atribuiçõ é coordenar uma reunião, ou seja, presidi-la conforme
1102 estabelecido nas regras das normas já mencionadas. Em relação à participação do Sr. Fernando, já citei que é o meu
1103 entendimento. Se meu entendimento estiver equivocado, seja pela CGU, seja pela Advocacia-Geral do Estado, a
1104 reunião será cancelada, e será chamada uma nova reunião. Eu não vejo problema algum em relação a esses pontos.
1105 Então, com essas considerações e fazendo uma outra menção, e aí é sempre bom a gente ler as normas que regem
1106 aqui a nossa reunião, a deliberação. E eu cito de novo, dá uma lidinha lá, Deliberação Normativa COPAM 247, Decreto
1107 46.953. A prerrogativa de baixa em diligênci, retirada do ponto de pauta é do Conselho, é do conselheiro. Como
1108 inscrito, o senhor pode até fazer uma menção que seria caso de baixa em diligênci, como assim o Sr. Sandoval
1109 também está fazendo menção, assim como também os nossos colegas do sindicato estão fazendo isso. Mas para que
1110 isso ocorra é necessário que um conselheiro endosse essa fala, assim como o Cícero se posicionou aqui para endossar
1111 a moçõ. Feitas essas considerações, eu passo para o próximo inscrito.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade
1112 civil: “Voltando ao que a gente pontuou nos outros itens acima, questionamos a validade desta reunião,
1113 questionamos a legitimidade do prosseguimento. E tem um ponto específico, senhor presidente, que eu queria ouvir
1114 do senhor, se for possível, se puder responder, se o senhor tem conhecimento ou não. Nem sei se é quando o
1115 conselheiro sai da reunião, como esteve presente o conselheiro da Zeladoria do Planeta, se foi comunicado ao senhor
1116 o motivo da saída ou se houve alguma determinação para que esse conselheiro se ausentasse a partir de determinado
1117 ponto. Por coincidênci, o momento em que o Felipe levantou a situação com mais veemênci da presença dele na
1118 reunião. Então esse é um ponto geral. Agora, ponto específico a respeito do empreendimento em pauta, por se tratar
1119 de questão paralela, similar às que nós estamos tratando aqui em Congonhas, eu gostaria de saber da equipe técnica
1120 se existe alguma implicaçõ, algum envolvimento com comunidades tradicionais que demande a consulta livre,
1121 prévia e informada; se tem bens culturais na área do empreendimento protegidos que impliquem em manifestaçõ
1122 do Iphan, do lepha e órgãos municipais. Porque nós temos casos similares aqui em Congonhas, notadamente esse
1123 ao qual o Felipe se referiu, que é a expansão da pilha Fraile 3 e 4, que foi licenciada sem anuênci do Iphan, em curso.
1124 E a gente sabe, o presidente talvez. Vou até antecipar que o presidente, se eu deixar desse jeito, ele vai explicar
1125 depois que é possível a concessão desse tipo de licençõ ficando pendente a manifestaçõ de outros órgãos. Porém,
1126 esses órgãos ainda não concluíram suas análises, e estranhamente as obras estão em curso. É o objeto dessa
1127 denúnci que o Felipe fez, cadastrou no sistema. A gente já havia provocado aqui a Secretaria Municipal de Meio
1128 Ambiente, Conselho de Patrimônio, Conselho de Desenvolvimento, e nós temos os documentos tudo formalizado. O
1129 Felipe deve ter encaminhado na denúnci. E como é um caso paralelo a gente está citando aqui a título de ilustraçõ,
1130 eu gostaria de saber, por favor, da equipe, se tem essas implicações com comunidades tradicionais, bens culturais,
1131 manifestaçõ de lepha, de Iphan. E, senhor presidente, se puder, o motivo da ausênci da Zeladoria do Planeta neste
1132 momento da reunião. Se não puder, eu comprehendo perfeitamente. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de
1133 Oliveira Trovão: “Só esclarecendo, Sr. Sandoval, o senhor está falando do representante que estava aqui pela
1134 Zeladoria do Planeta ou sobre o Sr. Fernando, que só falou em relação ao item de pauta que é da ata. Qual dos dois
1135 o senhor está se referindo?” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Eu me refiro ao segundo representante,
1136 ao que estava participando da reunião representando a entidade. Segundo consta, nas votações, parece que nas
1137 duas ou três últimas votações, ele não figura mais, ele está sendo dado por ausente na reunião. Se possível, eu sei

que é uma questão facultativa, mas se o senhor tiver conhecimento e puder informar o motivo da ausência desse representante neste momento da reunião, ou a partir dessas votações, seria interessante. Se não puder, eu compreendo. Obrigado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Por nada, Sr. Sandoval. Na realidade, eu não tenho essa informação. Geralmente os conselheiros que deixam... Na realidade, só explicando para aqueles que nos ouvem pelo canal do YouTube – não sei quantos estão nos assistindo, 300 pessoas; 300 pessoas estão nos assistindo, o Felipe me falou aqui –, como que se dá o processo aqui. Eu peço desculpa se eu me alongar aqui, necessário só tecer alguns esclarecimentos em relação ao nosso processo, como se dá a reunião. Na realidade, o quórum de instalação de uma reunião ordinária do COPAM é a maioria absoluta. O que é a maioria absoluta? Metade mais um. Então para se instalar a reunião, por isso que o Felipe, logo no início, chama os conselheiros nominalmente, os conselheiros se apresentam, reunião instalada. Se não houver quórum qualificado, maioria mais um, a reunião não se inicia, ela é cancelada, posteriormente é chamada outra. Instalou-se a reunião, quórum qualificado, maioria mais um, as votações se dão por maioria simples. O que é maioria simples? É a maioria daqueles que estão presentes. Por exemplo, instalou o quórum aqui com 12 – exemplo –, e ficaram no final somente quatro ou seis, cinco. Então a maioria desses que ficaram vai votando. Esses que vão saindo, geralmente eles informam ali no chat, 'estou saindo porque eu tenho reunião'. Eu estou lembrando de cabeça aqui agora do conselheiro da Dom Helder, que falou que parece que tinha uma reunião mais cedo e pelo adiantar desta ele teve que sair. Então as justificativas não são necessárias aqui no momento da reunião. Ele presta se ele quiser. Geralmente só pedem ali licença para sair. Em relação à licença sem efeito, ela tem a previsão no Decreto 47.383. O que isso quer dizer, licença sem efeito? O próprio nome já informa. Antigamente... Eu peço mais uma vez desculpa se eu me alongar aqui nas explicações. Aqueles que são mais antigos, como eu, no órgão ambiental, você tinha previsão do Decreto 44.844, que a licença ficava parada no órgão ambiental até a emissão da anuência do órgão interveniente. Isso era muito ruim para o órgão ambiental. Às vezes o órgão interveniente demorava dois anos, três anos, quatro anos para emitir uma anuência, e na mídia saía: 'Onde que está a licença de tal empreendimento?' 'Ah, não, está no órgão ambiental'. Na realidade não era do órgão ambiental, estava parado em virtude de uma manifestação de um órgão interveniente. Órgão interveniente esse que está previsão aonde? Lá no artigo 27 da Lei 21.972, também está no Decreto 47.383, que tem escrito os órgãos intervenientes. Interessante citar para os senhores que a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, que é uma lei federal, ela também agora trata sobre órgãos intervenientes, e é diferente do aspecto estadual. Qual que é o aspecto estadual? Você solicita a manifestação do órgão interveniente, e ele tem um prazo de 120 dias para se manifestar. Ele não manifestando no prazo de 120 dias, se o processo está apto para ser julgado ou para ser deferido, pendência apenas do órgão interveniente, emite-se uma licença sem efeito. O que é essa licença sem efeito? Ele não pode operar. Ele não pode instalar. Se estiver instalando, igual o Sr. Felipe falou, igual o senhor falou: se estiver operando, se estiver instalando, está errado. Se ele tiver uma autorização antes, é caso de suspensão da licença, no caso de autuação, e embargo das atividades. Lembrando, suspensão é quando se tem licença, embargo é quando não se tem licença. No caso, é uma licença sem efeito, se tem licença. Legislação federal tem algo muito semelhante ao nosso. Só que na legislação federal ela está em prazo e vacatio legis, ela vai entrar em vigor mais ou menos daqui a três meses, salvo engano, foi 15 ou 9 do mês retrasado. Ela tem uma previsão semelhante. A empresa vai poder operar. Essa é uma grande diferença em relação à lei federal. Ela vai poder operar. Não, neste momento não pode. E há uma diferença que em relação às condicionantes agora são levadas para dentro do processo ambiental, mas o prazo de vacatio legis é justamente para o órgão ambiental estadual estar se adequando à legislação federal. Aí eu não vou entrar no mérito aqui em relação se vai aplicar a federal, se vai aplicar a estadual nesse caso. Você tem uma interpretação que está disposta no artigo 24 da Constituição Federal, no § 3º ou § 1, se eu não me engano, a superveniência de normas federais suspende a norma estadual naquilo que for contrário. Então vai ter que fazer uma exegese dessas interpretações. Mas voltando ao assunto, e me desculpa ter alongado, se estiver operando com uma licença sem efeito, se estiver instalando com uma licença sem efeito, é possível de autuação e suspensão das atividades." Marcos Vinícius Fernandes Amaral/URA Zona da Mata: "Senhor presidente, Sr. Yuri, boa tarde, nobres conselheiros, demais ouvintes. Marcos Vinícius, sou coordenador de Análise Técnica da URA Zona da Mata. Senhor Sandoval parece que fez um questionamento específico a esse processo. Nós estamos aqui, Sandoval, votando, pautando, na verdade, um adendo ao Parecer Único, que foi votado na 125ª reunião, de junho deste ano, onde foi apreciada a Licença de Operação Corretiva desse empreendimento. No parecer da época, que foi aprovado pelo Conselho, é posto que não há nenhum impacto sobre comunidades quilombolas, terras indígenas, bens acautelados que venha necessitar de uma manifestação prévia do Iphan nem do Iepha. No momento agora, a gente busca, na verdade, é condicionar a compensação pela supressão de Mata Atlântica que foi realizada, de forma

corretiva, e na época do parecer ficou justamente faltando o estabelecimento dessa condicionante. Então nós aqui URA Zona da Mata provocamos esse adendo para que seja corrigido, acrescentada essa condicionante de comprovação do cumprimento do termo de compromisso ambiental florestal que já foi assinado pelo empreendedor. A gente fica à disposição a qualquer dúvida que houver." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Obrigado, Marcos. Só lembrando, senhores conselheiros, senhoras conselheiras, aqueles que nos ouvem também, a forma de adendo de processo de licenciamento ambiental está prevista nos artigos 35 e 36 do Decreto 47.383. Lá fala quando se dá o adendo e quando se dá uma nova licença." **14) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA.** **14.1) Vale S/A. Mina Córrego do Feijão.** Outras formas de destinação de resíduos não listadas ou não classificadas; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrotóxicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários; Implantação ou duplicação de rodovias ou contornos rodoviários; Canalização e/ou retificação de curso d'água; Estação de tratamento de água para abastecimento; Dragagem para desassoreamento de corpos d'água; Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados; Central de armazenamento temporário e/ou transferência de resíduos Classe I perigosos; Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos; e Pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro. Brumadinho/MG. PA Nº 00245/2004/052/2019. ANMs: 831.689/2002, 837.518/1993, 832.305/2002 e 931.344/2005. Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). Alteração de condicionante aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com alterações, ficando a seguinte redação: "Condicionante 2: Apresentar, anualmente, resultados de todas as medidas de mitigação e controle das Obras Emergenciais (realizadas, em curso e/ou planejadas), inclusive aquelas cujo acompanhamento ocorre no âmbito do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba (PRSA), por meio da entrega de informes impressos. As atividades relacionadas ao cumprimento desta condicionante deverão utilizar, se possível, serviços locais, e contemplar, separadamente, os seguintes públicos: a) poderes executivos e legislativos de Brumadinho (AID), São Joaquim de Bicas e Mário Campos (AII). b) comunidades da AID e AII - inclusive povos e comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Encaminhar, ao órgão ambiental, comprovação da entrega de informes impressos. Orientações para cumprimento da condicionante: I) Uso de linguagem clara e adequada aos públicos de interesse; II) Envio prévio, ao órgão ambiental, do material a ser disponibilizado aos públicos de interesse (30 dias antes da entrega), para avaliação; III) Entrega dos informes impressos, às partes interessadas, preferencialmente em mãos. Caso haja recusa de recebimento de associações e/ou lideranças das comunidades, será admitida, como comprovação da tentativa de entrega, carta registrada com aviso de recebimento; IV. Informar, ao órgão ambiental, por meio de relatório analítico somente se, porventura, houver manifestações, no momento da entrega dos informes impressos, de demandas dos públicos de interesse - inclusive aquelas que, eventualmente, extrapolam o escopo das Obras Emergenciais. Neste caso, este relatório analítico deverá conter todas as respostas e/ou encaminhamentos realizados pelo empreendedor sobre as demandas identificadas em campo, considerando especificidades dos casos apresentados e atores sociais envolvidos. Prazo: 60 dias após a entrega do material impresso." Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemp e Sindieextra. Ausências: Codemig, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder. Manifestações registradas neste item de pauta antes da votação do processo. Felipe Gomes/sociedade civil. "Presidente, eu sei que a gente não pode propor. A gente está aqui clamando. E o senhor está conduzindo, mas o senhor tem prerrogativas de intervir. Eu imagino que caso identifique-se uma ilegalidade, algo errado, que não sei o quê, algo que impeça a continuidade da reunião, se eu não me engano, quem pode, de ofício, suspender para que ela ocorra é o senhor. Ou não? Chamando, consultando e tal. Então a gente está aqui pedindo, assim como foi pedido lá na reunião quando concedeu aquela licença de ampliação para a Vale antes do colapso lá em Brumadinho, e hoje estamos aqui, Córrego do Feijão de novo. Pensar que não tem até agora ninguém preso pelo crime da Vale é assustador. E nesse ponto eu concordo com o Fernando Benício, que falou nesta reunião. Entendo que não deveria ter falado, mas se permitiu. Deve ter que voltar até lá. É complexo. Presidente, então eu queria deixar uma sugestão. E deixar, inclusive... A Duda Salabert votou contra a Lei Geral do Licenciamento, mas foi aprovada. Quando vocês fizerem uma licença que não vale, uma Licença de Operação que não pode operar, coloca um carimbo vermelho de todo tamanho nela, de fora a fora: 'sem validade'. E põe o motivo. Porque, quando o fiscal da prefeitura chega e pergunta, ele não vai ser enganado. Porque no caso da CSN parece, pelo que eu entendi, depois vocês vão averiguar na denúncia que nós mandamos. E vou até te falar aqui o código dela. É a Denúncia 1444363. Eles respondem no ofício falando que eles estão tudo ok e manda

1242 o número da licença. Essa licença que, até onde eu sei, até no dia que a gente fez a denúncia, ainda não tinha se
1243 concedido a anuência. E eu recebi de inúmeras pessoas de Congonhas vídeos mostrando. E tem uma fiscalização da
1244 própria prefeitura no lugar questionando. Aí a CSN responde: 'É, sim, nós temos licença lá naquele local, é a licença
1245 109, ampliação do Fraile'. Mas a licença não é válida. Só que a informação que consta na licença é tão pequeninha,
1246 quase uma nota de rodapé, que muitas vezes passa despercebido, o agente que está lá na ponta não tem um
1247 treinamento talvez que consiga ver esses meandros. E também era importante isso estar no ofício de
1248 encaminhamento para o empreendedor, porque eu tenho medo, inclusive, de que o empreendedor, se realmente
1249 ficar comprovada essa suposta operação sem licença, implantação sem licença, 'mas eu não sabia, no ofício não fala
1250 nada'. Talvez vai usar o ofício para justificar. Então eu proponho aqui, eu estou falando tudo aqui, presidente, eu sei
1251 muito bem, eu enquanto sociedade civil só posso falar, só posso sugerir. Então proponho aqui talvez os conselheiros
1252 avaliarem de tomar essa deliberação: quando tiver uma licença que não vale... Porque Fleurs e CSN, Fleurs é
1253 confirmado, vocês foram lá, fiscalizaram e fecharam e aplicaram R\$ 500 mil de multa, por eles estarem operando
1254 com a licença que não podia operar. Salvo melhor juízo, foi a primeira licença concedida com isso. Eu queria depois
1255 até te perguntar. E também acho que foi o primeiro parecer da Comunitas, da Fleurs. Olha quão emblemática é essa
1256 licença da Fleurs. Então, voltando aqui para o nosso caso em questão, Vale, meu último minuto, inclusive, eu vou
1257 deixar de silêncio, eu vou me calar na hora que faltar 1 minuto aqui, em memória das 272 vidas ceifadas de forma
1258 quase imediata. Eu lembro de um relato de um cara que trabalhou no resgate dos corpos, ele falou que eles pegaram
1259 um soldador que a máquina de solda tinha entrado para dentro do cérebro, por causa da lama. Eu também lembro
1260 de uma outra fala, esqueci de quem que foi agora, que vários corpos encontrados não tinham as pontas dos dedos,
1261 e as pessoas lá embaixo, sufocadas pela lama, tentavam cavar para sair e perdiam até os dedos. E pensar que foi
1262 concedida uma licença uma semana antes. Aí me respondam: teve anuência, não teve? Alguns desses investigados...
1263 Ah, você não respondeu, presidente. Me responda se a FEAM consegue garantir que nenhum dos envolvidos, seja
1264 dos outros órgãos ou dos órgãos da casa, assinou qualquer documento no âmbito desse processo. Me responda isso,
1265 por favor. Esse processo foi pautado com essa garantia da secretaria. Então responda. Obrigado." Presidente Yuri
1266 Rafael de Oliveira Trovão: "Senhor Felipe, talvez o senhor não prestou atenção na minha resposta. Eu te respondi em
1267 relação a esse questionamento. Eu te falei que eu não tenho esses dados. Eu não faço parte da análise dos processos
1268 que estão sendo pautados. Inclusive, eu falei para o senhor quais são as minhas atribuições, que estão especificadas
1269 tanto na Deliberação Normativa COPAM 247 quanto no Decreto 46.953, que os questionamentos deveriam ser
1270 endereçados a quem tem a possibilidade de respondê-los. Em relação à sua sugestão de constar no processo, por
1271 isso que eu falo, a necessidade de conhecermos a norma, o artigo 26 do Decreto 47.383: 'Os órgãos e entidades
1272 públicas a que se refere o artigo 27 poderão manifestar-se quando objeto do processo de licenciamento ambiental
1273 de maneira não vinculante – essa mesma previsão está na Lei Complementar 140 – no prazo de 120 dias contados
1274 da data que o empreendedor formalizar junto aos referidos órgãos e entidades intervenientes às informações e
1275 documentos necessários à avaliação das intervenções'. No §2º da lei tem a seguinte informação: 'A licença ambiental
1276 emitida não produzirá efeitos até que o empreendedor obtenha a manifestação dos órgãos ou entidades públicas
1277 intervenientes e que deverá estar expresso no certificado de licença.' Entendo a informação, já tem a determinação
1278 que ela esteja expressa no certificado que dá a licença sem efeito." Fernanda Perdigão/Sociedade civil. "Boa tarde.
1279 Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes na sala e também às que acompanham pelo YouTube. Cinco minutos
1280 seriam ínfimos para falar tudo sobre este item de hoje. Primeiro deixa eu me apresentar. Eu estou aqui hoje como
1281 atingida pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, assim como temos milhares de pessoas atingidas
1282 em toda a bacia do rio Paraopeba. Já se passaram seis anos, mais de seis anos, e nós nunca vimos, em verdade, o
1283 plano de recuperação da bacia do Paraopeba. Ele está disposto em sites com mais de 10.000 páginas, completamente
1284 técnico e, para agravar, alguns ainda corrompidos. Aí vem esse pedido da Vale com essa condicionante da Licença de
1285 Operação Corretiva, para acabar com as reuniões públicas anuais que sequer tivemos acesso pleno e público. Foi
1286 com quem ela decidiu convidar na região que ela coloca como prioritária. O que trata as obras, essas chamadas obras
1287 emergenciais, a gente precisa esclarecer. A gente está falando de dragagem de rio, de canalização, de pilhas de
1288 rejeito, de estradas externas para transportar todo esse rejeito derramado, de estações de tratamento de água e
1289 centrais de armazenamento de resíduos. Isso não é neutro, carrega por trás dessa condicionante riscos enormes e
1290 que a gente já vivencia no território. Espalha mais rejeito, a poeira contaminada está ampliando todo o processo de
1291 contaminação, está comprometendo a biodiversidade e está mascarando os dados da contaminação e da destruição.
1292 Não tem reunião pública. Eu queria que me apresentassem qual, onde, quando, como foi divulgada. Um outro ponto
1293 que eu acho extremamente absurdo, público alvo que a Vale decide dialogar é super restrito, é a parte da

1294 comunidade que eles colocam siglas: AID, AI, alguns poderes locais, e isso exclui milhares de pessoas atingidas ao
 1295 longo da bacia do Paraopeba. Pessoas que estão expostas à água, que plantam, que pescam, que vivem sobre o
 1296 impacto diário desse rejeito, que o meio ambiente está completamente contaminado. A pele dessas pessoas, ferida,
 1297 todo o histórico de saúde comprometido. E a Vale quer se esquivar de prestar contas e satisfação para a população
 1298 que ela afetou. Estudos recentes da Fiocruz confirmam essa contaminação por metais pesados. Arsênio, chumbo,
 1299 mercúrio, manganês. Enquanto isso, a gente é obrigado a ouvir o governador do Estado, Romeu Zema, repetir
 1300 incansavelmente que essa empresa coloca a vida em primeiro lugar. Isso é um absurdo com todos nós que estamos
 1301 sofrendo no território. Então a Vale tem a prioridade de proteger a sua imagem, ela finge que aprendeu com o erro,
 1302 enquanto foge da responsabilidade. E se não bastasse tudo isso que a gente vem reiteradas vezes denunciando,
 1303 chega nesse ponto dessa situação dessa operação rejeito. A gente já questionou inúmeras vezes a confiabilidade
 1304 desses documentos pela mineradora, e este espaço vem licenciando e aprovando. É tanta crueldade e desumanidade
 1305 com as pessoas que a Vale se nega a reparar, a prestar contas a essa população sofrida e doente e agora ainda quer
 1306 reduzir a sua responsabilidade diante da sociedade, retirando as reuniões que sequer foram amplamente divulgadas.
 1307 E só para fechar, senhor presidente, com todo o meu respeito, eu sei que o senhor se ampara aos regulamentos e
 1308 regimentos internos deste Conselho para decidir, mas precisamos lembrar que nós temos a Constituição Federal,
 1309 que está acima de qualquer regimento, decreto ou qualquer outra coisa. A garantia do direito de participação social,
 1310 a garantia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e vários outros princípios devem reger qualquer lei,
 1311 regulamento, decreto ou norma infraconstitucional. Eu peço encarecidamente aos conselheiros que não permitam
 1312 que a Vale siga novamente tirando o direito de participação das pessoas atingidas e que ela preste contas à
 1313 sociedade, antes que a gente morra por completo como sociedade diante de todos os absurdos que a gente está
 1314 vendo nessas últimas semanas. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação
 1315 da Sra. Fernanda. Se a senhora me permite, a lei federal tem até um aspecto mais interessante da participação, que
 1316 eu estava até falando com o Sr. Sandoval, que foi tema da minha monografia, minha dissertação de mestrado, que é
 1317 a participação popular nos processos de licenciamento ambiental, e a lei nova tem aspectos mais interessantes,
 1318 porque específica, inclusive, além das audiências públicas, reuniões públicas. Traz um aspecto específico, eu entendo
 1319 que fortalece muito a participação popular, que tem uma legislação bem solta no âmbito do direito ambiental.”
 1320 Robson Oliveira/Sociedade civil: “Obrigado, senhor presidente. Boa tarde a todos, todos os conselheiros, os
 1321 presentes e aos atingidos e atingidas na bacia do Paraopeba que estão nos acompanhando agora pelo YouTube. Eu
 1322 me chamo Robson Oliveira, eu sou defensor de direitos humanos, atingido pelo crime da Vale em Brumadinho. Sou
 1323 membro do Movimento Paraopeba Participe, Fórum de Atingidos e Atingidas pelo Crime da Vale em Brumadinho,
 1324 membro do Comitê Popular da Zona Rural de Brumadinho, Piedade do Paraopeba. Eu gostaria de iniciar minha fala
 1325 informando a todos e todas que são de desconhecimento dos atingidos e atingidas as reuniões comunitárias e
 1326 regionais que ocorrem nos territórios atingidos ao longo da bacia do Paraopeba, que são organizadas pela Vale. A
 1327 forma como a Vale apresentou no parecer da FEAM foi como se a gente tivesse, como se fossem amplas e assim
 1328 houvessem inúmeras reuniões, o que não ocorre. E se ocorrem é necessário que sejam apresentados os calendários,
 1329 os itens das pautas, bem como as atas. Como informei, não é de conhecimento de todos os atingidos e atingidas. E
 1330 agora esses mesmos atingidos nem têm conhecimento que o seu direito mais básico, ao diálogo, está sendo
 1331 ameaçado neste espaço e neste exato momento. A proposta de alterar a condicionante 2 da licença da Vale pode
 1332 parecer um mero detalhe técnico para alguns, mas para nós atingidos é um ato de profunda violência. Estão
 1333 propondo trocar as reuniões públicas, aparentemente, que ocorrem, em um único espaço onde a empresa é obrigada
 1334 a nos olhar nos olhos e a prestar contas, pela frieza de um informe em formato de um informe em papel. Isso não é
 1335 modernização, é silenciamento. É a Vale tentando se livrar da responsabilidade de encarar as famílias que ela mesma
 1336 destruiu. É negar às comunidades o direito mínimo de perguntar, de questionar e de participar ativamente de um
 1337 processo de reparação que até hoje não nos trouxe justiça. Depois de tudo o que a Operação Rejeito revelou sobre
 1338 a relação promíscua entre o poder público e as mineradoras, aprovar essa mudança é validar a exclusão das vítimas.
 1339 É mais uma boiada passando por cima dos nossos direitos. É a bênção do Estado. A memória de 272 vidas que
 1340 perdemos exige respeito. Os atingidos na bacia do Paraopeba exigem diálogo, exigem justiça. E justiça não se faz com
 1341 relatórios impressos, se faz com ampla participação da sociedade civil e a responsabilização. Portanto, eu peço aos
 1342 senhores conselheiros que votem contra essa manobra. Não permitam que a Vale nos cale mais uma vez. Não se
 1343 tornem cúmplices de mais um ataque à nossa dignidade. Merécemos e exigimos ser ouvidos. Obrigado.” Daniel da
 1344 Mota Neri/sociedade civil: “Boa tarde novamente... Sandoval e Felipe, eu vou pedir o espaço aqui para me reportar
 1345 diretamente a vocês, porque o negócio do blefe continua muito interessante assim, quando o apostador dobra a

1346 apostas. Só para esclarecer aqui que, quando a gente tem que aumentar a aposta, um dos recursos neste espaço de
1347 debate que a gente está, da mineração, dos desastres e da devastação que a mineração produz, é partir para o
1348 legalismo. Aí a pessoa pega no legalismo e joga fora toda a possibilidade de tomada de decisão por meio do bom
1349 senso, do consenso. O artigo 29 da mencionada Deliberação 247 fala: 'O presidente da reunião – está falando das
1350 Câmaras como a CMI –, mediante provocação ou de ofício, decidirá sobre pedidos de inversão de pauta, retirada de
1351 pontos de pauta, baixa em diligência e demais casos inerentes à realização dos trabalhos.' Sei que vai vir por aí uma
1352 resposta legalista, não estou apelando para esse recurso, não é do meu feitio, mas, quando mandar a gente estudar,
1353 outra carteirada... Gostei da carteirada do mestrado, viu, presidente, gostei mesmo. 'O meu mestrado é em
1354 participação popular'. Vamos olhar como que é a composição desta Câmara que o senhor preside. Tem cinco ou seis
1355 representantes do Estado, quatro ou cinco representantes do setor produtivo. E quantos representantes da
1356 sociedade civil mesmo? Duas. E uma delas é a Zeladoria do planeta, que não se deu ao mínimo desplante assim, da
1357 possibilidade de falar 'gente, não vamos então participar da composição, porque estamos sendo investigados'. A
1358 gente teve esse depoimento do rapaz, Fernando Benício, no início desta reunião, que é uma afronta, uma agressão
1359 aos representantes da sociedade civil. Bom, vamos lá. Tirando essa questão, a questão do Córrego do Feijão, a
1360 participação aqui é para lembrar que essa mesma licença é uma licença requerida. Essa licença era a licença
1361 assassina, a licença das minas do Córrego do Feijão e da Jangada e que agora ela mudou de mãos, está indo para a
1362 Itaminas, para seguir nesse processo de ampliação das plantas. Não é exatamente o mesmo caso, mas mostra como
1363 que opera o COPAM, como que opera a CMI, como que a gente tem a máquina de licenciamento funcionando. A
1364 gente está aqui fazendo apelos. Esta reunião não podia acontecer. Esses pontos tinham que ser tirados de pauta. E
1365 aí o que a gente tem são respostas legalistas, evasivas, enfim. E aí a gente tem o presidente da Comissão dando
1366 carteirada da sua dissertação de mestrado sobre participação popular nos processos decisórios do licenciamento
1367 ambiental. É curioso. Quem fez essa transferência da licença do processo do Córrego do Feijão é o tal do Baliani.
1368 Então tem que ficar gravado. Esse YouTube a gente tem que fiscalizar, ele não pode sair do ar, não pode ter uma
1369 perda misteriosa. Porque esses processos estão passando de forma autoritária, de forma deliberada, de forma
1370 proposital para não frear nenhum processo de mineração no Estado de Minas Gerais, a despeito dessa Operação
1371 Rejeito, que ainda vai ter seus desdobramentos. Aqui o meu absoluto repúdio, meu absoluto desprezo por esses
1372 condutores da política ambiental em Minas Gerais. E repito, sociedade civil não vai se calar, sociedade civil não vai
1373 deixar que esses desmandos continuem acontecendo no nosso Estado. Passo a palavra." Presidente Yuri Rafael de
1374 Oliveira Trovão: "Mais uma vez da necessidade de a gente estudar as normas. Quando você pega a constituição dos
1375 Conselhos, é paritário. Não quer dizer que somente uma ONG representa a sociedade civil. Você tem os outros que
1376 representam, sim, a sociedade civil. São segmentos. E o Conselho é paritário, por isso a necessidade de estarmos
1377 estudando. Em relação a dar carteirada, isso não é do meu feitio. Quem acompanha, quem estuda ou quem já
1378 acompanhou o meu trabalho aqui, inclusive, o mestrado foi dois anos atrás que eu iniciei, que iniciei inclusive a
1379 pesquisa. E que vai estar disponível, inclusive, eu vou me prestar a passar para os senhores posteriormente os
1380 resultados dessa pesquisa." Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: "Boa tarde novamente a todos e todas.
1381 Eu gostaria, como o processo é da Vale, eu gostaria de depois da fala do Robson, da Fernanda Perdigão – querida
1382 Fernanda Perdigão, do Daniel Neri também, professor Daniel Neri, grande amigo –, só fazer aqui uma menção,
1383 quebrando um pouco o protocolo, ao fato de eu ter sido companheiro de trabalho de três dentre essas 272 almas.
1384 Falei, fiz a mesma fala no Tribunal de Justiça, numa audiência de conciliação da Tamisa. Fui colega de trabalho de
1385 três desses. Então ficam por aqui nossas orações. Já fez 1 minuto de silêncio, Robson já falou, Fernanda falou. Assino
1386 embaixo o que a Fernanda falou. Daniel Neri também, a sua tese é fantástica, a sua atuação na causa socioambiental.
1387 E sou muito feliz de estar ao lado de vocês, do lado certo. A gente fica feliz de estar ao lado certo, embora o que a
1388 gente está enfrentando é desafiador. E continuamos enfrentando. Com todo respeito, senhor presidente, a questão
1389 do patrimônio cultural, questão de defesa, promoção da proteção do patrimônio cultural. Nós começamos a falar
1390 um pouco em leis, o artigo 216 da Constituição é bastante explícito, bastante didático nesse sentido, que é dever da
1391 comunidade e do poder público a promoção e proteção desse patrimônio. E existem órgãos como o Iepha e o Iphan
1392 para organizar isso exatamente. E foi dado na Operação Rejeito que havia sido concedida licença sem ouvir, essa
1393 coisa toda. Nós estamos falando aqui de um caso específico em Congonhas que foi iniciada a obra – que está sendo
1394 apurado, as denúncias foram feitas, e vai ser apurado, e vai ser devidamente esclarecido – sem a manifestação do
1395 Iepha e Iphan. O presidente mencionou essa questão da lei federal, da sobreposição. Quem sou eu para poder falar
1396 de exegese com o presidente? Quem sou eu? Eu estou aqui só aprendendo. Mas, senhor presidente, uma questão
1397 que o licenciamento precisa, por isso a existência deste Conselho, que os órgãos de licenciamento estão meio

1398 esquecendo, por assim dizer, é a questão da prevenção, a questão da precaução. Porque a gente tem falado muito,
 1399 e Mariana e Brumadinho são fatos consumados, não tem como fazer prevenção mais lá. A respeito da defesa do
 1400 patrimônio cultural, que é a pergunta que eu vou fazer objetiva sobre esse processo em pauta, em discussão, existe
 1401 na Constituição a obrigação da sociedade, dos órgãos, de promover a proteção, mas de nada servirá o que está
 1402 explícito, que está determinado no artigo 216 da Constituição, se não houver a efetividade. Sem efetividade, a licença
 1403 é concedida, depende do outro, mas começa, mas aí depois vai discutir na Justiça; contrata-se grandes escritórios,
 1404 como é comum acontecer; e a coisa estica por cinco, dez anos na Justiça, vai para o Supremo, vai para todo lado,
 1405 recurso em cima de recurso; e a efetividade fica lá atrás no momento em que o fato foi consumado, no momento
 1406 em que o bem cultural, o trator passou em cima dele, acabou. É o tombamento à base de trator. Isso tem acontecido.
 1407 De vidas a gente não pode falar nada mais. Quem morreu, fazer o quê? Embora o governador tem feito,
 1408 propagandeado, em nome de empresa, que a vida está em primeiro lugar. Eu tenho minhas dúvidas. Eu tenho minhas
 1409 dúvidas não, nós temos evidência de que não foi assim considerado em Mariana e em Brumadinho. E a gente teme
 1410 que em outros casos volte a acontecer. Porque a pilha ao qual estou me referindo desde o início da reunião, ela vai
 1411 ficar a 140 m. Área diretamente afetada. Vai ficar a 140 m de um chacramento, Vista Alegre, e vai ficar a 400 m de
 1412 um outro chacramento, Lagoa Comprida. Ou inverso, é o inverso das medidas. Eu não estou com nada escrito aqui
 1413 sobre isso, mas no final a gente vai esclarecer mais. Então, senhor presidente, eu peço que a mesma pergunta que
 1414 foi feita para o empreendimento anterior seja respondida, se existem nesse empreendimento em específico
 1415 implicações ou demandas sobre comunidades tradicionais, bens culturais protegidos que demandem a manifestação
 1416 do Iphan e do Iepha, especificamente, nesse empreendimento." Conselheiro Francisco de Assis Lafetá
Couto/Sindiextra: "Senhor presidente, eu gostaria de falar sim. Na página 8 do parecer, eu gostaria que aquelas
 1418 orientações que foram colocadas, orientações para o cumprimento da condicionante 2, eu gostaria que isso fosse
 1419 anexado à condicionante. Eu gostaria que as orientações colocadas pela SEMAD fossem anexadas à condicionante,
 1420 da forma como deve ser feita essa comunicação. Eu gostaria que fosse colocado em votação para anexar nessa
 1421 condicionante, por favor." Liana Notari Pasqualini/FEAM: "Quanto à sugestão do conselheiro de que a gente coloque
 1422 a descrição de como fazer o cumprimento da condicionante, dentro do quadro de condicionantes, a gente fica de
 1423 acordo, em que pese a gente saiba que o parecer faz parte da orientação. Mas para dar maior clareza a gente fica de
 1424 acordo com a proposta." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Liana, tem como você fazer isso para a gente
 1425 jogar aqui? Ou então o Francisco? Para a gente apresentar. Porque eu vou considerar como alteração de
 1426 condicionante." Liana Notari Pasqualini/FEAM: "Ok. Eu vou fazendo aqui. Senhor presidente, eu aproveito para
 1427 perguntar se há algum esclarecimento específico por parte da DGR ou se a gente pode fazer nossas considerações."
Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Pode fazer as considerações, Liana." Liana Notari Pasqualini/FEAM:
 1429 "Obrigada. Nesse caso, eu vou chamar o analista Anderson para fazer as considerações sobre as discussões
 1430 apresentadas." Anderson Xavier de Souza/FEAM: "Boa tarde a todas e todos os presentes na reunião de hoje.
 1431 Respondendo, principalmente, às pessoas inscritas, Fernanda, Robson e Daniel, esse parecer foi elaborado levando
 1432 em consideração, principalmente, as obras emergenciais que aconteceram na bacia do ribeirão Ferro-Carvão. Nós
 1433 sabemos que há atingidos em toda a bacia do Paraopeba. São milhares de atingidos, como a Fernanda comentou. Só
 1434 que no entanto, como servidores, a gente tem uma limitação de nos atermos ao conteúdo do processo administrativo
 1435 que estamos tratando nesse momento. Além disso, a redação da condicionante especifica quais são os públicos
 1436 prioritários para essas reuniões públicas. Nós entendemos que todos são atingidos, desde o Ferro-Carvão até Três
 1437 Marias. No entanto, nós sabemos que esses públicos têm especificidades, nós não podemos tratar todos da mesma
 1438 forma. Então aquelas pessoas de Córrego do Feijão podem ter demandas diferentes das de Parque da Cachoeira e
 1439 de outras comunidades. Então a intenção dessa condicionante foi justamente essa. Respondendo também em
 1440 relação às falas do Robson, na elaboração do parecer nós consideramos todos esses temas que foram tratados. E
 1441 consideramos igualmente também que essas reuniões públicas têm todas essas virtudes que foram relatadas, só que,
 1442 no entanto, a observação que fizemos é que as demandas apresentadas fogem do escopo das obras emergenciais.
 1443 Demandas relacionadas ao programa de transferência de renda, acessos, que não estão contidas no escopo da
 1444 discussão sobre as obras emergenciais. Então só fazendo esse esclarecimento para deixar essas coisas mais nítidas.
 1445 E sobre a questão das siglas também, que foi comentada pela Fernanda, temos a questão da ADA, Área Diretamente
 1446 Afetada; AID, da qual fazem parte Área de Influência Direta do empreendimento, onde estão as comunidades que
 1447 eu citei; está englobado também o município de Brumadinho. E a All, que é São Joaquim de Bicas, Área de Influência
 1448 Indireta, do meio socioeconômico, São Joaquim de Bicas e Mário Campos também." Presidente Yuri Rafael de Oliveira
Trovão: "Poderia colocar a condicionante, Liana, por favor?" Liana Notari Pasqualini/FEAM: "Eu enviei o arquivo para

1450 a Assessoria de Órgãos Colegiados. Vocês receberam?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Qual página,
 1451 Liana?" Liana Notari Pasqualini/FEAM: "Ficou na última página. A instrução. São os itens 1, 2, 3 e 4 de instrução. A
 1452 redação da condicionante já estava lá. E aí eu coloquei orientações para o cumprimento da condicionante. Os itens
 1453 1, 2, 3 e 4, que foram transcritos da página 8. Por razões de formatação, as páginas estão um pouco diferentes, mas,
 1454 enfim, está transcrito no texto." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Então foi a alteração da
 1455 condicionante, na realidade, para inclusão de um texto. Eu vou considerar aqui como alteração da condicionante,
 1456 que é para inclusão no texto da condicionante de: a) Uso de linguagem clara e adequada aos públicos de interesse;
 1457 b) Envio prévio, ao órgão ambiental, do material a ser disponibilizado aos públicos de interesse (30 dias antes da
 1458 entrega), para avaliação; c) Entrega dos informes impressos às partes interessadas, preferencialmente em mãos.
 1459 Caso haja recusa de recebimento de associações e/ou lideranças das comunidades, será admitida, como
 1460 comprovação da tentativa de entrega, carta registrada com aviso de recebimento; d) Informar ao órgão ambiental,
 1461 por meio de relatório analítico, somente se, porventura, houver manifestações, no momento da entrega dos
 1462 informes impressos, de demandas dos públicos de interesse - inclusive aquelas que, eventualmente, extrapolarem o
 1463 escopo das Obras Emergenciais. Neste caso, este relatório analítico deverá conter todas as respostas e/ou
 1464 encaminhamentos realizados pelo empreendedor sobre as demandas identificadas em campo, considerando
 1465 especificidades dos casos apresentados e atores sociais envolvidos. Prazo: 60 dias após a entrega do material
 1466 impresso;" Então eu já vou fazer o encaminhamento da votação da referida da alteração da condicionante com esta
 1467 inclusão." **15) ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu vou fazer o seguinte destaque em
 1468 relação aos Assuntos Gerais. O artigo 27, §4º, da Deliberação Normativa COPAM: 'As reuniões das Unidades
 1469 Colegiadas obedecerão a seguinte ordem de trabalho.' '§4º. O item assuntos gerais a que se refere o inciso IX do
 1470 caput terá duração máxima de trinta minutos, divididos entre os interessados em se manifestar, observado o prazo
 1471 previsto no art. 44.' Nós temos 15 inscritos para este item, então serão 2 minutos para cada inscrito. Ok?" Laura
Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: "Boa tarde, senhores conselheiros. É necessário que as Câmaras
 1472 Técnicas do COPAM embarquem num esforço de autotutela, prestando contas à sociedade quanto às denúncias
 1473 apresentadas pela Operação Rejeito, na qual vários investigados compunha a mesa ou representavam entidades na
 1474 CPB, CNR, CID, CAP, CMI. Como ação de transparência, é necessário que a presidência do COPAM revise os vínculos
 1475 jurídicos de todos os conselheiros, no intuito de demonstrar que não é conivente com a corrupção que se instalou
 1476 em algumas estruturas do governo. A separação do joio e do trigo neste Conselho não ocorrerá se os fluxos
 1477 continuarem os mesmos, se os agentes ainda permanecerem nas Câmaras e se a instituição não aumentar suas
 1478 formas de controle. Apenas dizer que é contra a corrupção, entre outras coisas, não é suficiente. É preciso que a
 1479 gente aja para que coisas erradas não prosperem. Eu queria também convocar o COPAM e destacar a importância
 1480 da moção que foi proposta em apoio à greve dos servidores. A gente entende que a continuidade da greve é
 1481 prejudicial de modo geral, porque as ações de fiscalizações ficam paralisadas, e são essas ações que inibem
 1482 irregularidades no Estado. E também queria convidar todo mundo que está assistindo esta reunião a se debruçar na
 1483 consulta pública sobre o COPAM. Se alguém se sentiu incomodado com a forma como é dado pouco espaço para a
 1484 opinião, para a divergência nesse Conselho, é porque ele está construído de uma forma em que isso não é aberto.
 1485 Então a gente precisa, dentro dessa consulta pública, construir uma nova forma de agir dentro do Conselho de Política
 1486 Ambiental de Minas." Felipe Gomes/sociedade civil: "Presidente, se não tiver os 15, podia voltar o restinho do tempo
 1487 e redistribuir. Presidente, eu queria então assim questionar quem foi que analisou e que garante que nenhum dos
 1488 processos tenha qualquer envolvimento com qualquer um dos envolvidos da Operação Rejeito? Alguém da SEMAD
 1489 tem que garantir isso, porque teve uma determinação judicial para que esses processos fossem revistos, e a
 1490 secretaria falou que estava fazendo. Então como é que vocês garantem que todos esses processos que vieram aqui
 1491 não tiveram nenhuma ligação. Segundo, eu invoco aqui o artigo 48 da Deliberação Normativa 247/2022 e os
 1492 subsequentes, o Decreto Estadual 46.644/2014 e a Lei Federal 8.429/1992. E questiono: Verônica Nascimento França
 1493 tem algum vínculo com Débora Maria Ramos Nascimento França? Presidente, peço que você, na condição de
 1494 presidente, que tem essa prerrogativa, verifique se existe. Porque se existir peço que avalie se tem algum ou não
 1495 conflito de interesse. Isso é prerrogativa do presidente. Bem como se o Fernando Baliani realmente atuou em algum
 1496 ponto do último processo, tem que ser revisto, como disse o Daniel. Nós fizemos a denúncia da fiscalização, Denúncia
 1497 144463, referente ao Ofício GDDS 13525, de 10/2025. Por favor, fiscalizem. É uma denúncia de um suposto crime
 1498 que está em curso, que é o descumprimento de uma licença sem efeitos, tendo sido implementada. E peço, vamos
 1499 suspender o COPAM e até que envie, presidente, as notas gráficas, a ata à Justiça Federal e à Polícia Federal, desta
 1500 reunião, para mostrar que Fernando Benício participou e tal, para que se avalie se tem pertinência ou não a fala

1502 dele." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Em relação ao questionamento se há suspeição ou não, Sr. Felipe,
 1503 conforme o Decreto 46.953, eu faço, inclusive, o questionamento no início, da deliberação, se algum conselheiro se
 1504 dá por suspeito ou impedido. Se o conselheiro... Está no Decreto 46.953, lá no finalzinho do decreto: 'As arguições
 1505 de suspeição e impedimento, quando não acatadas, o conselheiro pode se manifestar livremente, e não há efeito
 1506 suspensivo.' O que isso quer dizer, que não há efeito suspensivo? Ele se manifesta. Posteriormente, se comprovado
 1507 que ele mentiu ou ele omitiu algum fato, aí sim ele pode ser penalizado, inclusive ser excluído do Conselho. Então, a
 1508 mim, neste momento, eu não tenho outra função a não ser permitir as pessoas aqui, a todos os conselheiros se
 1509 manifestarem, porque não foi admitida a suspeição ou o impedimento." Janaína Mendonça Pereira/Servidora do
Sisema: "Eu sou Janaína Mendonça Pereira, sou analista ambiental do Instituto Estadual de Florestas, mas hoje estou
 1510 aqui representando a sociedade civil dentro do movimento grevista. Eu quero trazer aqui a importância do Instituto
 1511 Estadual de Florestas, tão falado nesses últimos tempos, dada a sua responsabilidade de implementação das políticas
 1512 florestal e de proteção à biodiversidade, que garantem para a sociedade serviços essenciais à vida, como qualidade
 1513 e quantidade da água para hoje e para o futuro, um clima favorável à vida, tantas outras funções. E dada essa
 1514 importância e trazendo a nossa Constituição para a mesa cabe ao poder público e à sociedade civil organizada, por
 1515 meio da sua coletividade, a garantia desse direito fundamental à vida. Por isso, nós servidores públicos do Estado de
 1516 Minas Gerais estamos de greve neste momento para que essa garantia seja dada à sociedade. E o outro ente muito
 1517 importante para essa garantia de direito é a sociedade civil organizada. E é este espaço de participação social hoje
 1518 que a sociedade civil deveria estar representada para que esses direitos sejam garantidos. E quando este espaço não
 1519 assume essa corresponsabilidade de garantia desse direito isso coloca a nossa sociedade em risco. Então por isso eu
 1520 quero pedir muito a vocês, conselheiros, que votem a nossa moção. E também a gente sabe de tantas lideranças
 1521 institucionais que fazem parte deste Conselho, que inclusive têm contato direto com o governador, como é o setor
 1522 produtivo, para que use desse contato para cobrar do governador uma mesa de negociação imediata para nós. Nós
 1523 não queremos continuar em greve, nós não queremos sair do Sisema, o que nós queremos é servir a sociedade com
 1524 excelência e garantir esse direito para ela. E a gente conta com cada um de vocês conselheiros para fazer isso
 1525 acontecer. Muito obrigada." Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: "É uma fala breve mesmo, só mesmo
 1526 em agradecimento pela atenção dada ao longo de toda esta reunião. Fazer coro à fala da colega Janaína referente à
 1527 votação da nossa moção, já proposta no chat pelo conselheiro da ANM, o Cícero, e validar mais uma vez que, para
 1528 além dessa sensibilidade que a gente trouxe aqui, de todos os nossos pontos de pauta e do porquê que estamos em
 1529 movimento grevista, é para que cada um desses representantes que ocupam esse espaço aqui, tem essa cadeira
 1530 nesta Câmara, nós temos aqui, nós vamos precisar de uma conversa com a Secretaria de Estado de Governo por
 1531 conta dessa mesa de negociação urgente, que a gente precisa para ontem. A gente tem trabalhos aqui também
 1532 quando falamos em Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, a gente não consegue falar em geração
 1533 de 1 milhão de empregos sem que os servidores públicos de Estado de meio ambiente estejam trabalhando e se
 1534 dedicando à liberação de atos autorizativos, tais quais outorgas, licenças, Daias e tudo mais. A gente tem a Sedese,
 1535 Desenvolvimento Social, a gente também tem uma política socioeconômica até no âmbito dos nossos pareceres
 1536 referentes aos nossos povos de comunidades tradicionais. Enfim, a Copasa, trabalhando saneamento, a gente
 1537 também tem uma agenda nobre de saneamento dentro do Sisema. Por isso nós estamos também batalhando na
 1538 Assembleia Legislativa para que o meio ambiente seja considerado como atividade essencial. Essa é uma ferramenta
 1539 que nós estamos muito fortemente atuando também junto à Assembleia Legislativa. Então a gente conta com o coro
 1540 de todos os ocupantes dessas cadeiras. A Associação dos Engenheiros, quantos engenheiros, assim como eu, nós não
 1541 temos no Sisema. Para que vocês levem à suas instâncias máximas esse nosso pleito para que a gente então logo saia
 1542 dessa nossa situação. Muito obrigada." Daniel da Mota Nerj/sociedade civil: "Mais uma vez, vou aproveitar agora só
 1543 esses 2 minutos. A gente precisa transformar esse espaço de debate em espaços didáticos. Parafraseando aqui,
 1544 lembrando o velho Marx, que a nossa sociedade se estrutura numa base produtiva, numa base econômica onde é
 1545 feita a produção, a reprodução da vida. A mineração faz super parte dessa produção econômica, da garantia de
 1546 acumulação capitalista no nosso mundo atual. Mas a gente tem também uma superestrutura ideológica, uma
 1547 superestrutura política, uma superestrutura jurídica. Então a gente precisa de agentes do Estado, que supostamente
 1548 têm uma figura neutra, para reforçar a superestrutura ideológica. Por isso que a gente tem aqui, na figura do
 1549 presidente desta Câmara, a afirmativa – aliás, várias afirmativas falaciosas, mas essa é a mais destacada para este
 1550 momento – de que esta Câmara é paritária. Isso é um absurdo. É um absurdo a gente ouvir isso, escancarar na nossa
 1551 cara que Sindieextra faz parte da sociedade civil, que Associação Comercial, Associação dos Engenheiros, junto com
 1552 Copasa, as Secretarias de Estado, que sempre vão ganhar as votações em favor do setor produtivo, dizer que isso

1554 aqui é paritário. Espero, de verdade, presidente, que você não tenha colocado isso na sua dissertação, visto que fez
1555 o seu mestrado na Ufop, que é uma universidade séria, que é uma universidade reconhecida. Porque isso é uma
1556 vergonha. É uma vergonha você no seu papel vir aqui dizer que esta Câmara é paritária. Repito, sociedade civil não
1557 vai se calar. Eu não vou me calar. E se eu participei pouco até hoje das reuniões do COPAM, especialmente da CMI,
1558 vou participar mais, porque isso aqui precisa mudar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação à
1559 paridade do Conselho, não sou eu que estou dizendo não. Por isso que há necessidade de estudarmos em relação às
1560 normas. Quem informa isso é a resolução e não eu. Eu só estou repetindo. E aí obviamente a gente respeita as
1561 opiniões diversas, mas como servidor público e vinculado à legalidade das normas eu estou colocando aquilo que
1562 está previsto em Regimento.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Senhor presidente, uma questão de
1563 ordem. Essa redistribuição do tempo, caso ela seja feita, eu tenho interesse. Eu vou falar por pouquinho tempo aqui
1564 e pedir à Sabrina para apresentar três arquivos que eu mandei. Os arquivos que eu estou enviando, eles ilustram a
1565 falta de efetividade da política ambiental em Minas Gerais, na Cidade dos Profetas. É um patrimônio cultural da
1566 humanidade implantado aqui desde 1700 e que está sendo destruído agora por falta de efetividade da política
1567 ambiental de Minas Gerais. Por favor, Sabrina, são dois vídeos e uma foto, para encerrar, uma imagem de inteligência
1568 artificial... [Exibição de vídeos] Eu posso prosseguir? Isso é uma imagem de inteligência artificial do profeta, aqui é
1569 poeira que prospera. Aqui não tem prosperado desenvolvimento sustentável, não. Vocês viram na imagem, a imagem
1570 é do dia 22, semana passada. Senhor presidente, eu vou encerrar a minha fala com a revista mostrando. Poderia
1571 voltar à imagem para mim, por favor? Essa revista eu mostrei no início, mostrei essa revista no início da reunião,
1572 quando eu estava com a imagem durante o andamento da reunião. É uma edição da Revista Ecológica de 2013. Por
1573 que eu estou mostrando? Não estou fazendo propaganda para a revista, é para falar do princípio da precaução, que
1574 está sendo esquecido. É edição nº 54, de fevereiro de 2013. Em 2013 eu ainda trabalhava, eu estava trabalhando na
1575 mina do Pico. E aqui é citada a situação de Congonhas, da página 30 até a página 39, se não me engano. Então aqui
1576 começa com ‘Dilema dos profetas’, tem o promotor Carlos Eduardo se manifestando, tem uma peça de teatro que
1577 nós fizemos chamada Tribunal da História, tem a população do Pires, já à época clamando o seu direito por água, por
1578 não respirar poeira. Tem as questões de paisagem, de patrimônio cultural e arqueológico em Congonhas. Tem aqui
1579 o ex-prefeito e atual prefeito, por coincidência, Sr. Anderson Cabido, nessa matéria, tem uma foto minha, eu me
1580 manifestando, o antigo promotor de Justiça, Dr. Vinícius Alcântara. Tem aqui a população, participação popular. Tem
1581 nós falando aqui à época, antes do rompimento de Mariana e de Brumadinho, de evitar a construção de novas
1582 barragens dentro da cidade. Está aqui na página 35. Tem a questão do conjunto de patrimônio cultural da
1583 humanidade sendo ameaçado, turistas no meio da poeira. Essa revista não saiu ontem. Essa revista saiu em 2013. E
1584 por que eu estou falando dessa revista? Como eu disse, para ilustrar. Como os administradores gostam de falar de
1585 case, é um case de péssimo desempenho da política ambiental em Minas Gerais. Chama-se Congonhas, cidade dos
1586 profetas. Antigamente chamava Congonhas do Campo. E essa revista, se o presidente aceitar, eu tenho mais um
1587 exemplar impresso. Eu gostaria muito de oferecer ao senhor. O senhor foi muito solícito em oferecer a sua tese, vou
1588 ler com muita atenção. A minha é modesta, talvez eu te mande, mas tenho certeza que não vai acrescentar nada
1589 para o senhor, porque está desatualizada, é de um outro tempo. Mas é o ideal que a gente vem desenvolvendo ao
1590 longo do tempo. Então essa revista, senhor presidente, além do exemplar impresso que farei questão de encaminhar
1591 para o senhor, caso aceite, eu vou desta vez cumprir aquilo que eu já falei de mandar documentos para o Conselho,
1592 que eu ainda não fiz até hoje. O Sr. Fernando Benício reclamou na última reunião, com toda propriedade, com toda
1593 a razão, a gente não enviou nada mesmo não. Eu vou enviar o PDF para todo o Conselho, para todos os conselheiros.
1594 Inclusive, se puder fazer chegar à secretaria Marília também, para ela ver o que a gente já vem falando ao longo de
1595 2013 para cá. Nós estamos em 2025, então são 17 anos... São 15 anos pelejando. A gente já lida com isso há mais
1596 tempo. Desde 2008, que eu entrei como conselheiro do Codema, 2007; entrei como conselheiro do Codema, a gente
1597 enfrentou o rompimento de barragem aqui na barragem de Vigia, aqui perto dos Motas, e as empresas estão
1598 operando, estão fazendo, estão tudo. E a efetividade da participação popular, presidente, infelizmente, objeto de
1599 estudo meu, modesto estudo, objeto de estudo robusto que o senhor com certeza fez: a efetividade hoje a gente
1600 pode falar que é zero, pelo menos no caso de Congonhas. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
1601 “Agradeço, Sr. Sandoval. Quero sim, Sr. Sandoval. Inclusive, esse período agora pós-dissertação eu vou começar a
1602 escrever os artigos, por solicitação das orientações do mestrado. E a revista será bem-vinda, inclusive, com o seu
1603 artigo também já escrito. Eu agradeço, já antecipo meu agradecimento... O Sr. Felipe falou que tem intenção de se
1604 manifestar novamente. A Janaína também já levantou a mão. Cada um já falou 2, então mais 3 minutos para cada
1605 manifestação.” Felipe Gomes/sociedade civil. “Então eu queria aqui reforçar o pedido de que a ata desta reunião, a

1606 gravação, que o órgão ambiental faça o envio para as autoridades, tendo em vista a situação. E reforço, presidente,
 1607 por favor, quem estiver ouvindo aqui, quem pode garantir que em toda a cadeia de custódia de todos os processos
 1608 que foram julgados hoje não havia nenhum envolvido na Operação Rejeita? Eu gostaria que fosse explicitado aqui.
 1609 Porque pelo que eu entendi, presidente, você virou e falou: 'Ah, eu não consigo dizer que não tinha nenhum
 1610 envolvido.' Então, se você vira e fala que não consegue garantir que não tenha nenhum envolvido, eu queria que
 1611 alguém garantisse, porque essa é uma prerrogativa que a secretária, o governador Zema, e foi solicitado, inclusive,
 1612 parecer pela Justiça. Gostaria de reforçar a questão da fiscalização. Deixo aqui um pedido, que seja avaliada a
 1613 suspensão de todas as reuniões no mínimo até que vocês consigam garantir que 100% dos processos, em toda sua
 1614 cadeia de custódia, inclusive lá dentro da ANM, lá dentro do Iepha, lá dentro do Iphan, não tenha nenhum ato,
 1615 inclusive dos atos pretéritos. Porque se você está julgando um processo aqui, que ele tem uma anuência lá, e essa
 1616 anuência lá está maculada, o daqui também está maculado. Então é importante que neste momento tão grave isso
 1617 seja avaliado com a devida importância, que esses processos passem pela auditoria que está sendo contratada antes
 1618 de serem julgados. E deixo aqui meu total apoio, meu e da deputada federal Duda Salabert, aos servidores que estão
 1619 em greve geral há 26 dias. A greve dos servidores é reflexo desse absurdo desbaratinado pela Operação Rejeito.
 1620 Corrupção sistêmica na ANM, no Iepha, no Iphan, na FEAM, no IEF e sei lá mais onde. No COPAM, nesta casa,
 1621 supostamente. Quem está dizendo é a Polícia Federal. Então deixo o nosso total apoio. Espero que todo esse
 1622 chacoalhar sirva para que algo aconteça. Nós temos total confiança nos servidores, são gente muito séria. Inclusive,
 1623 repudio aqui a chamada da matéria da Globo, que colocou lá na matéria do 'Fantástico' como fiscais corruptos. Não
 1624 teve um fiscal envolvido. Todos os envolvidos até o momento são pessoas do altíssimo escalão, do primeiro escalão.
 1625 É presidente, é diretor, é diretor geral, é responsável pelo setor de licenciamento. Então é gravíssimo. E pergunto se
 1626 alguém sabe uma fofoca aí de dizer quem dava as ordens para Rodrigo Franco. Naquela matéria do 'Estado de Minas'
 1627 que ele falou que ia cair atirando, que era um pau mandado, que cumpria ordens que vinham de cima. Se alguém
 1628 ouviu uma fofoca, um burburinho, de quem dava as ordens para Rodrigo Franco. E, Rodrigo Franco, se você ouvir
 1629 isso aqui, delata, meu filho, canta, passarinho, fala, está todo mundo querendo saber quem te dava ordem, Rodrigo.
 1630 Porque o esquema criminoso de corrupção sistêmica que começa a ser desbaratinado pela Operação Rejeito é muito
 1631 grande. Obrigado." Janaína Mendonça Pereira/Servidora do Sisema: "Eu quero agradecer a oportunidade de falar
 1632 porque é um dos pontos importantes. E muita crítica feita para os órgãos ambientais, de forma geral, é sobre o atraso
 1633 do desenvolvimento, o quanto os órgãos ambientais hoje têm um papel de entrave. E dizer que nós não somos contra
 1634 nenhum tipo de empreendimento, nenhum setor produtivo do Estado de Minas Gerais. A gente tem clareza da
 1635 importância de todos esses setores. Mas o que a gente tem que pensar, em especial, é que esses espaços de
 1636 participação social que discutem esses empreendimentos e essas ações e essas normas que trazem e que pautam os
 1637 impactos que são gerados sobre a sociedade. E é por isso que esses espaços precisam pesar essas condicionantes,
 1638 essas medidas mitigadoras, compensatórias e, principalmente, como o Sandoval trouxe, o princípio da precaução. E
 1639 aí quando cada um dos conselheiros que fazem parte dessas Câmaras, que têm nas mãos o poder de representar a
 1640 sociedade, o tamanho da responsabilidade disso. Por isso, nós vamos trabalhar ativamente para garantir que esse
 1641 novo COPAM que está sendo construído, ele de fato atenda os interesses da sociedade. E dizer que, quando a gente
 1642 tem uma frase que diz 'o trem prospera' em Minas Gerais, trazer o conceito de prosperidade, porque o conceito de
 1643 prosperidade pode ser visto como ausência de necessidade. E quando a gente tem empreendimentos e processos
 1644 que podem trazer danos irreversíveis para a sociedade a gente fala de ausência de necessidade para quem? Pode ser
 1645 que para quem está com o poder econômico na mão não tenha necessidade, mas para o povo mineiro que precisa
 1646 de um clima favorável para viver, que precisa de água em quantidade e qualidade, que precisa de alimento saudável,
 1647 então para esse sim a gente tem que pensar. E esses espaços têm esse papel de garantir esse direito para a sociedade.
 1648 Então eu quero convocar quem está ouvindo para que se aproprie desse espaço de participação social e que os
 1649 interesses da sociedade sejam realmente atendidos, não só hoje, mas para o futuro, porque eu quero que o meu
 1650 filho também possa nadar nos rios e cachoeiras, que hoje eu nado quando estou prestando os meus serviços para a
 1651 sociedade. Muito obrigada." Laura Bertolini de Souza Lima/Servidora do Sisema: "A complementação que eu queria
 1652 fazer era sugerir para a assessoria do COPAM, da Câmara, que fizesse uma reunião específica para esclarecimento
 1653 da consulta pública. Porque já que ela é assim mais para entes externos, e para os conselheiros, não sei se eu entendi
 1654 bem se ela é só para os conselheiros ou é para pessoas externas. Se for para pessoas externas, a gente precisa de um
 1655 espaço dessa discussão, porque a gente viu que aqui o Regimento Interno deixa muito fechado e não permite que a
 1656 gente manifeste todas as opiniões. Foi visto aqui, às vezes a gente precisa de mais tempo para esclarecer coisas.
 1657 Então se tivesse uma reunião em que pessoas externamente pudessem opinar, perguntar sobre a consulta pública...

1658 Eu mesmo fui olhar ontem, surgiram diversas dúvidas que eu acho que deveriam ser discutidas. Eu poderia mandar
 1659 um e-mail tirando essas dúvidas, poderia encaminhar, mas eu acho que tem que ser uma coisa discutida em
 1660 colegiado, com mais pessoas assistindo. E aí eu queria fazer essa proposta e gostaria muito que realmente tivesse,
 1661 porque vai ser de grande interesse a gente fazer essa discussão.” Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “Como foi
 1662 dito, a consulta pública está aberta, nós, Assessoria de Órgãos Colegiados, estamos à disposição. Desde junho que
 1663 estamos fazendo essa informação de que os dois Decretos dos Conselhos que estão vinculados à Secretaria de Estado
 1664 e Meio Ambiente estão abertos, foram submetidos a consulta pública. O formulário é muito simples de se preencher,
 1665 mas, em permanecendo dúvidas, nós permanecemos aqui à disposição. Caso seja necessário, pode entrar em contato
 1666 conosco, não só por e-mail. Nós estamos à disposição aqui para elucidar e responder os questionamentos, caso eles
 1667 surjam. Mas foram submetidos a consulta pública os dois Decretos, o 46.953/2016, do COPAM, e o 48.209, do CERH.”
 1668 Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: “O Regimento Interno também?” Vânia Mara de Souza
 1669 Sarmento/SEMAD: “Não. O que está em consulta pública são os dois Decretos de organização dos dois Conselhos. O
 1670 do COPAM e o do CERH.” Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: “Eu só estou retornando, eu nem sei
 1671 se posso fazer isso, mas é porque eu acho que tinha que ser uma discussão numa reunião com pessoas assistindo,
 1672 com pessoas podendo discutir e opinar. E não ser uma coisa assim pontual.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
 1673 “Eu acho que foi entendido, acho que os esclarecimentos já foram prestados pela assessoria. Senhores e senhoras,
 1674 conselheiros, nós temos uma proposição de moção. A Renata fez uma proposição de moção, ela foi endereçada pelo
 1675 Cícero aqui no chat... Então a Moção da CMI 002/2025, eu vou ler o texto e posteriormente coloco sugestão para
 1676 algum destaque por parte dos conselheiros, senão a gente encaminha para a votação. ‘Os conselheiros da Câmara
 1677 Técnica Especializada de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental, em sua 128ª
 1678 reunião, ordinária, realizada no dia 26 de setembro de 2025, às 9h, remotamente, com fulcro no artigo 20 do Decreto
 1679 46.953, de 23 de fevereiro de 2006, e artigo 5º, inciso IV da Deliberação Normativa COPAM 247, de 17 de novembro
 1680 de 2022, aprovaram moção com o seguinte teor: ‘O Conselho reconhece a relevância do trabalho realizado pelos
 1681 servidores que integram o sistema de meio ambiente. Destaca que na qualidade deste trabalho está bem
 1682 materializada nos pareceres avaliados nesta Câmara Técnica. Assim sendo, apoia o diálogo entre as partes, visando
 1683 à estruturação das carreiras e a melhoria das condições de trabalho dos servidores no interesse da sociedade
 1684 mineira.’” E aí eu assino. Todas as moções são assinadas pelo presidente da sessão. Algum destaque por parte do
 1685 Conselho? Sem manifestação. Então eu coloco em votação a referida moção. Como vota Assemg?” Conselheiro João
 1686 Augusto Hilário/Assemg: “Favorável à moção, senhor presidente. Até tentei reforçar o meu voto de apoio no chat,
 1687 mas eu não consegui escrever lá. Então reforço o meu voto de apoio ao pessoal da FEAM.” Presidente Yuri Rafael de
 1688 Oliveira Trovão: “Ok. Obrigado. Sede, como vota? Maria Eugênia está na sala? Está ausente no momento. Sedese
 1689 como vota?” Conselheira Anamaria Burle Orlandine Andrade/Sedese: “Sedese vota favorável à moção, presidente.”
 1690 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado. Ausente Codemig. Copasa, como vota?” Conselheira Verônica
 1691 Maria Ramos do Nascimento França/Copasa: “Copasa vai se abster, presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
 1692 Trovão: “Ok. Segov como vota?” Conselheira Marina Guimarães Silva Bitencourt/Segov: “Contrária à moção,
 1693 presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ciemg, como vota?” Conselheiro Thiago Rodrigues
 1694 Cavalcanti/Ciemg: “Thiago, Ciemg, favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sindiextra, como vota?”
 1695 Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “Francisco, Sindiextra, favorável.” Presidente Yuri Rafael de
 1696 Oliveira Trovão: “Zeladoria do Planeta está ausente, IHMBio ausente, ANM ausente e Dom Helder também ausente.
 1697 E ANM ausente.” Conselheira Anamaria Burle Orlandine Andrade/Sedese: “Presidente, eu posso alterar o meu voto?”
 1698 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Não. Feita a votação, Ana, eu só retorno à possibilidade de votação se
 1699 houve condução equivocada da presidência. Entenda. A não ser que a senhora aponte algum equívoco aqui na minha
 1700 condução, e aí sim eu possibilizo o retorno do voto. Se não a votação eu não posso retornar ao voto que foi dado.”
 1701 Conselheira Anamaria Burle Orlandine Andrade/Sedese: “Ok. Não foi mesmo, acho que eu que me confundi no
 1702 conteúdo, presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, eu vou fazer isso, fica o registro, a sua confusão
 1703 em relação ao conteúdo, mas eu não posso retornar ao processo de votação. Então moção aprovada. Por favor,
 1704 Sabrina: por quatro votos favoráveis à mesma, sendo um contrário, uma abstenção e seis ausências no momento da
 1705 votação.” Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “Senhor presidente, é só para esclarecer que a consulta pública
 1706 fica aberta até o dia 30 de novembro. Essa informação consta nos formulários. Obrigada. Parabéns pela condução.”
 1707 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Obrigado, Vânia. Então obrigado, senhores e senhoras conselheiras,
 1708 servidores, aqueles que estiveram aqui conosco, os inscritos.” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg:
 1709 “Reconhecemos a sua paciência e nossa também de ouvir as manifestações deste ambiente democrático de todos

1710 os lados, com razão a maioria delas. Isso é muito bom, até nos sacrificamos para isso, deixamos às vezes como
 1711 conselheiro, precisamos lembrar que eu estou aqui e estou deixando de fazer trabalho remunerado para estar aqui.
 1712 Estou viajando para verificar alguns processos, e boa parte das viagens são custeadas por mim, ou seja, trabalho para
 1713 contribuir. Infelizmente ou felizmente só sabemos ganhar dinheiro trabalhando. Então reforço aqui a posição de que
 1714 neste fórum temos conselheiros com posições corretas e estamos aqui, inclusive, aprovando as licenças, apesar do
 1715 tumulto, porque sabemos que por trás dessas licenças tem investidores, tem diretores de empresa, tem empregados
 1716 como nós trabalhando, dependendo delas para continuar o seu trabalho, receber o seu salário, sustentar seus filhos
 1717 e contribuir, inclusive, com recurso para que este Conselho e outros funcionem na administração do Estado. Isso
 1718 precisa ser lembrado. Eu gostaria até de falar mais, mas vou me ater a apenas mais um ponto. Observar que tanto
 1719 nesta sessão como nas anteriores um dos pontos abordados, na maioria dos casos, é a disposição de resíduos de
 1720 mineração, estéril, rejeito e outros. É uma questão ampla, que passa, inclusive, nas licenças, pela lavra a céu aberto,
 1721 lavra subterrânea que produz menor quantidade de resíduos. E nós precisamos aprofundar um pouco mais.
 1722 Concluindo nesse sentido, eu lembro da nossa solicitação à ANM, que é a agência que detém o conhecimento sobre
 1723 esse assunto, as informações, regula e fiscaliza a sua aplicação, inclusive dos parâmetros necessários para a
 1724 segurança tanto das barragens e das pilhas. Então voltamos a insistir, e nós precisamos, senhor presidente, além de
 1725 ouvir todos, discutir as questões, os pontos de vista dentro desse ambiente democrático, nós precisamos ouvir o
 1726 órgão que detém esse conhecimento, esse poder, para nos informar corretamente das posições que precisamos
 1727 tomar, não porque gostamos ou achamos, elas precisam estar dentro da lei, dentro das resoluções. Então seria essa
 1728 a minha manifestação de insistência e de aguardo pela apresentação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok.
 1729 Obrigado, João. Essa apresentação está sendo acertada ainda com o Cícero e nós teremos posteriormente aqui na
 1730 nossa reunião. Agradeço mais uma vez a menção à minha condução. Eu sempre busco, nas conduções de todas as
 1731 reuniões, ter serenidade, ter calma para tratar com os senhores aqui, com os inscritos. Essa é uma busca. Tem até
 1732 uma oração que todos conhecem, ‘serenidade para aceitar as coisas que podem ser modificadas, coragem para
 1733 modificar aquelas que a gente pode e sabedoria para distinguir umas das outras’. A serenidade, a calma, a educação
 1734 acalmam, aplacam os destemperos de alguns. Então assim eu vou seguir a condução de todas as reuniões nesse
 1735 mesmo sentido, sendo sereno, tentando ser calmo e, principalmente, respeitando todos os inscritos, que são sempre
 1736 bem-vindos aqui na nossa reunião ou em todas que eu presido. Muito obrigado a todos, senhores, senhoras
 1737 conselheiras, inscritos, aqueles que nos acompanharam pelo canal do YouTube, e servidores, os nossos respeitos e
 1738 desejo que isso tenha um desfecho o mais rápido possível para o bem de todos os nossos servidores em relação ao
 1739 movimento grevista.” **16) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael
 1740 de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.
 1741

APROVAÇÃO DA ATA

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias